

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA
PROGRAMA NACIONAL DE MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA**

FABRÍCIO MENDES PEREIRA

**A OFENSIVA LIBERAL CONSERVADORA SOB O BOLSONARISMO: UM
ESTUDO DOS LIVROS NO PNLD 2021 SOCIOLOGIA**

MARÍLIA

2023

FABRÍCIO MENDES PEREIRA

**A OFENSIVA LIBERAL CONSERVADORA SOB O BOLSONARISMO:
UM ESTUDO DOS LIVROS NO PNLD 2021 SOCIOLOGIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Educação, escola e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa

MARÍLIA

2023

P436o Pereira, Fabricio Mendes
A OFENSIVA LIBERAL CONSERVADORA SOB O
BOLSONARISMO: : UM ESTUDO DOS LIVROS NO PNLD 2021
SOCIOLOGIA / Fabricio Mendes Pereira. -- Marília, 2023
103 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jefferson Rodrigues Barbosa

1. PNLD 21. 2. direitas. 3. educação. 4. ideologias. 5.
conservadorismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FABRÍCIO MENDES PEREIRA

**A OFENSIVA LIBERAL CONSERVADORA SOB O BOLSONARISMO:
UM ESTUDO DOS LIVROS NO PNL D 2021 SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências,
Marília

Prof. Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti

Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências,
Marília

Prof. Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

História / UEG – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, Goiás.

Marília (SP), 28 de abril de 2023

RESUMO

A educação se constitui como um importante campo de disputa de visão de sociedade e de mundo. Onde grupos com os mais diversos ideais tentam influenciar, seja pela via democrática com proposições e disputas de poder, seja pela via de aparelhamento privado do Estado. De modo que a conjuntura histórica e social é de grande importância na compreensão destes grupos ideológicos liberais e conservadores na busca por implementar um projeto de poder e de sociedade. E dentro deste bojo as disputas e polarizações em nível de discurso são bem presentes. Neste ensejo de disputas em torno do sistema educacional, e mais precisamente em uma das suas principais políticas públicas em nível federal que é o Plano Nacional do Livro Didático 2021. Tendo por objetivo a imposição do que estudar e sob quais perspectivas estudar, delimitando inclusive o que é ciência. Decorrendo que nesse processo se busca inclusive impor visões de mundo alinhadas às suas perspectivas. Assim, esta dissertação busca apresentar os aspectos relacionados ao lugar das ciências humanas e da sociologia no Plano Nacional do Livro Didático 2021. E os impactos de um PNLD sob o bolsonarismo e sua ofensiva ultradireitista contra a educação nacional.

Palavras-chave: PNLD 21, direitas, educação, ideologias, conservadorismo.

ABSTRACT

Education constitutes an important field of dispute over the vision of society and the world. Where groups with the most diverse ideals try to influence, either through the democratic way with propositions and power disputes, or through the private apparatus of the State. Thus, the historical and social context is of great importance in understanding these liberal and conservative ideological groups in their quest to implement a project of power and society. And within this bulge, disputes and polarizations at the level of discourse are very present. In this sense of disputes around the educational system, and more precisely in one of its main public policies at the federal level, which is the National Textbook Plan 2021. which is science. Where, in this process, important visions of the world defined in their perspectives are sought. Thus, this dissertation seeks to present aspects related to the place of human sciences and sociology in the 2021 National Textbook Plan. And the effects of a PNLD under Bolsonarism and its ultra-rightist offensive against national education.

Keywords: PNLD 21, rightists, education, ideologies, conservatism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Livro PALAVRAS PARA INTEGRAR:: ciências humanas e sociais aplicadas.	51
Figura 2 Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Grandes Transformações.	55
Figura 3 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Territórios e Paisagens Sociais.....	57
Figura 4 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Sociedade e Natureza.....	57
Figura 5 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Trabalho e Sociedade.....	58
Figura 6 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Desigualdade e Poder.....	59
Figura 7 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Cultura, Ciência e Tecnologia.....	60
Figura 8 - “SER PROTAGONISTA: Projetos Integradores em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Ensino Médio – Valéria Vaz (org.). Editora SM Educação”.	61
Figura 9 - Caixa de Reflexão	70
Figura 10 Guia educação integral.....	71
Figura 11 - Gestão de carreira – Capa da unidade: Projeto 05	72
Figura 12 - A sociedade de Consumo	74
Figura 13 - Para refletir	75
Figura 14 - Ficção científica à Brasileira	76
Figura 15 - Principais crimes cibernéticos que ocorreram no Brasil em 2018.....	77
Figura 16 - Caixa de reflexão	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	9
1.1 CONJUNTURA DE CRISE NO BRASIL, BNCC E NEM (NOVO ENSINO MÉDIO) ...	17
1.2 BNCC	22
1.3 NEM (NOVO ENSINO MÉDIO).....	24
2- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E O LIVRO DIDÁTICO	28
2.1 – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.....	28
2.2 - O livro didático e sua constituição ao longo da História - Os aspectos históricos da utilização do livro didático e sua construção até o PNLD 2021 com avanços e retrocessos.	33
2.3 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e os conteúdos curriculares de Sociologia na BNCC e no PNLD 2021	37
3- ESTUDO DE MATERIAIS DIDÁTICOS	50
3.1 – ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO	51
3.2 - Análise de livro didático Palavras Para Integrar, Editora Palavras Projetos Editoriais Ltda.....	51
3.2.1 - Análise descritiva da obra	52
3.3 - ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO CONTEXTO E AÇÃO - EDITORA SCIPIONE..	53
3.3.1 - Análise descritiva da obra.....	55
3.4- ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “SER PROTAGONISTA”	60
3.4.1 - Análise descritiva da obra.....	62
SEÇÕES	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
FONTES DOCUMENTAIS	88
ANEXOS.....	90
Anexo 1 - Livros Aprovados PNLD 21 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.....	90
Anexo 2 - Livros Aprovados PNLD 21 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática	102

1. INTRODUÇÃO:

A educação se constitui como um importante campo de disputa ideológica por seu potencial na construção de um ideal de sociedade e por isso tais disputas ensejam a necessidade de compreensão das forças e grupos que disputam a hegemonia dentro deste campo.

Deste modo, o quadro teórico é uma análise bibliográfica e documental relacionada as políticas educacionais para o Livro Didático durante o governo Bolsonaro. Partindo das propostas de análise dos pesquisadores Apple e Meucci. Em que, se propõe investigar as influências Liberal Conservadoras e como essas influências podem influenciar ou determinar o lugar ou não lugar das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em específico o da Sociologia no Plano Nacional Do Livro Didático 2021. De modo que, no período vivenciado pela conjuntura regressiva do Brasil sob o bolsonarismo nos anos 2018 e 2021 observando essa ofensiva contra a educação nacional. Em que se busca compreender de que forma a BNCC, e principalmente nessa pesquisa o PNLD 21 influenciam as concepções para os livros didáticos bem como as influências de concepções liberais conservadoras. Assim, se enseja compreender em que medida essas influências provocaram uma descaracterização da disciplina de Sociologia como disciplina autônoma.

Decorre que a educação como um direito aparece na Constituição Federal de 1988 no artigo 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, sendo uma conquista na esfera dos direitos que foram denominados como direitos da segunda dimensão, que são “os direitos fundamentais sociais, no século XIX.” (MAGALHÃES, 2020, p.21). De modo que, a primeira dimensão está relacionada aos direitos civis individuais que buscam garantir as liberdades individuais em relação ao poder do Estado, já a educação está relacionada a segunda dimensão e se constitui um direito fundamental da pessoa humana, especialmente no que tange ao dever do Estado em prover formação para todos possibilitando justiça social.

Nesse aspecto, o estudo sobre a educação brasileira no esforço de compreender as forças e projetos educacionais em disputa não pode deixar de lado o desenvolvimento histórico da educação no Brasil, que tem servido de instrumento “ora de perpetuar as contradições instaladas na estrutura socioeconômica e política, ora para dirimi-las e desenvolver uma sociedade pautada nos valores essencialmente democráticos. (MAGALHÃES,2020 p.21-22).

De modo que os rumos e projetos de país, se relacionam aos aspectos conjunturais, onde cada grupo no poder tenta imprimir um modelo de sociedade e de país, em que a sociologia no currículo oficial passou por intermitências, onde ora era parte do currículo oficial, e ora não. Onde a luta por direitos perpassa diretamente pela luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. E que ante às crises do capital, se faz necessária a resistência. Pois, segundo Mészáros (2004, p. 34) “o capital, sob a pressão de sua crise estrutural, está sendo forçado a retomar até as concessões que foi capaz de oferecer nas décadas de expansão keynesiana do pós-guerra a setores limitados dos trabalhadores”.

Ainda segundo Mészáros (2004, p. 34)

Hoje em dia, [o capital] não se pode garantir nem mesmo a conquista das demandas mais limitadas dos trabalhadores, dado o impacto insustentável nos custos do sistema global estruturalmente problemático. O local-regional está se tornando, atualmente, inseparável do global-internacional, para, em última instância, enfraquecer, e não reforçar, a dominação do trabalho pelo capital, contrária à propaganda interesseira da globalização capitalista.

Deste modo, no que diz respeito a educação no Brasil, há a continuidade de oposições e conflitualidades nos aspectos conjunturais, que vão desde as disputas pelo Estado (por vias eleitorais ou não) e pela hegemonia ideológica. Essas disputas têm reflexo na produção das políticas públicas como nos materiais didáticos e nos currículos oficiais. Fazendo-se necessário compreender os aspectos históricos e conjunturais.

Sabe-se que a polarização política, principalmente no que tange a disputa ideológica em torno da educação é anterior ao processo de junho de 2013. Contudo, desde as manifestações de 2013 com o processo de acirramento da polarização político ideológica que tem em seus aspectos a despolitização dos debates em torno da educação e em torno das políticas públicas supostamente “neutras” de referenciais ideológicos.

A partir das manifestações de junho de 2013 há um aumento da ofensiva de grupos de direita e de extrema direita que já vinham sendo gestados anteriormente como o Movimento Escola sem Partido, criado e financiado pelo procurador estadual e advogado Miguel Nagib, atuante desde 2004, mas com expressivo êxito na conjuntura da crise que marcou os últimos nove anos, buscando coibir o que foi chamado de doutrinação ideológica de esquerda. E ainda no bojo dessas manifestações de 2013 grupos de direita ganham projeção, como MBL, Vem Pra Rua, entre outros. Importante ressaltar que estes grupos entram em cena buscando apagar a

figura dos partidos, com lema e palavras de ordem “sem partido”, ou mesmo “sem bandeira” buscando mostrar ou construir uma ideia de caráter apartidário.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem sua origem nas discussões ainda no governo de Dilma quando o então ministro da educação era Renato Janine Ribeiro e contava com participação da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com posterior envolvimento de influências também ligadas a grupos políticos e *think tanks*¹ nacionais e internacionais bem como de instituições como a Fundação Lemman², entre outros que munidos de espaço dentro das instituições públicas vão propor reformas a partir da pedagogia das competências, oriundas de proposições ligadas ao Banco Mundial e que vão trazer novas perspectivas no campo educacional.

No período de 2014 a 2018, quatro propostas da BNCC foram elaboradas, sendo formalmente iniciado esforços por parte do Ministério da Educação em torno da construção de uma Base Nacional Comum Curricular com objetivo de formalizar um currículo comum entre todos os entes federados. Tal medida se deu em decorrência da obrigatoriedade de se cumprir as legislações vigentes no que tange ao processo educacional, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, bem como o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Contando também com forte pressão de grupos e setores como o “Todos Pela Educação” e “Movimento pela Base”, que são instituições relacionadas a setores civis privados, em especial a setores do mercado financeiro interessados nas verbas públicas destinadas a educação e em influenciar na própria composição do currículo. Nesse processo em disputa, a participação de instituições e associações de pesquisas e pesquisadores do campo educacional contrárias a uma Base Nacional ou se opondo ao método utilizado em tal elaboração foi importante, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em

¹ De acordo com PINHEIRO (2019) “*think tanks* são organizações que pautam a opinião pública para influenciar os poderes decisórios em políticas públicas, agindo como grupos de interesse.”

² De acordo com CARIELLO (2020) a Fundação Lemann se apresenta como uma instituição de caráter filantrópico ligada à família do bilionário Jorge Paulo Lemman e que busca apoiar “pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país” (FUNDAÇÃO LEMANN, s/d). E Cariello ainda pontua que se constitui de um aparelho privado de hegemonia. E se constitui de acordo com FONTES (2010) como um empresariamento de novo tipo que está “lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “sustentabilidade”. (FONTES, 2010: 296)

Educação (ANPED), que colocou proposições e opôs-se a diversos pontos desde as primeiras equipes de especialistas no período de 2013 e 2014. (SILVA et al, 2015; MICHETTI, 2020).

Contudo, no decorrer dos processos e discussões, ocorreram mudanças nos rumos da política do país de modo que os efeitos do Novo Ensino Médio sobre o currículo e sobre as políticas públicas para o livro didático, em particular o PNLD 2021 perpassam necessariamente pela compreensão contextual política em relação ao golpe de 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Golpe este que contou com atuação imediata de Michel Temer que assumiu definitivamente em 31 de agosto, e em 22 de setembro a sua primeira grande medida foi a MP 746/2016 (que depois se torna lei em setembro de 2017) com objetivo de desmantelar toda uma política para a educação, com alteração do pacto federativo, sinalizando para os governadores em termos de instabilidade política em relação aos custos. Pois um currículo “muito classificado” (Bernstein), que em tese traria exigências de concurso público. De forma que tal mudança nos rumos políticos do país exerceu influência direta sobre a política nacional para a educação, em especial sobre o PNLD e sobre o ENEM.

Ante o contexto político social pós-golpe, as discussões e os grupos de trabalho em torno da BNCC tomaram rumos diversos, e assim culminando com a finalização dos trabalhos em 2018. De modo que ainda que em um período curto, pode-se analisar três diferentes fases, onde a primeira contou com uma elaborada consolidação de um ideal de Educação Básica de caráter abrangente, que abrange do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, apresentando o que se denomina de *direitos de aprendizagem*, e se deu no período de 2012 a 2014. Passando em seguida para uma fase em que se buscou conciliar as diversas perspectivas em torno dos *Direitos de Aprendizagem*, e das *Matrizes de Conteúdos*, que foram constituídas a partir de um sistema de avaliação amplo em larga escala. Tal etapa ocorreu entre os anos 2015 e 2016. E após esse período de 2017 e 2018, pós golpe de 2016, há um fim nas discussões, com um rompimento no seu aspecto democrático, de modo que o debate nacional em relação a reforma do Ensino Médio é finalizado abruptamente, culminando em sua fase de finalização, onde a BNCC relacionada principalmente ao Ensino Médio é publicada.

Com crescente ascensão dos movimentos conservadores no Brasil, Apple em sua formulação sobre a expressão de *guarda-chuva conservador* é de grande importância para compreensão do fenômeno social, onde, com a necessidade de se constituir consenso entre os diversos grupos conservadores vai se “criando um guarda-chuva ideológico sob o qual podem se abrigar grupos diferentes, que normalmente poderiam não concordar na totalidade uns com os outros” (APPLE, 2000, p. 43), assim se referindo aos diversos grupos liberais conservadores

que disputam políticas e recursos no campo da educação. Assim, urge a necessidade de um exame cauteloso da atuação destes grupos na educação por meio do currículo do Novo Ensino Médio. De modo que essa atuação ocorre no seio da principal política pública direcionada ao currículo que é a produção do material didático cujas diretrizes são estabelecidas pelo PNLD 21. O que se faz necessário portanto, é uma análise das particularidades aprovadas que influem diretamente no ensino de Sociologia a partir do Novo Ensino Médio com a BNCC e suas consequências diretas no PNLD 2021.

Em 2018 o então Ministro da Educação, o pastor presbiteriano ligado a universidade Presbiteriana Mackenzie, Milton Ribeiro nomeou como secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, que é defensor do método fônico e foi aluno de Olavo de Carvalho tendo em seguida convidado Sandra Ramos³ para a Secretaria de Materiais Didáticos no MEC, responsável por coordenar a área da composição do material didático, o Plano Nacional do Livro Didático em 2021. Tal nomeação não foi bem-vista nem mesmo por técnicos da pasta que consideraram sua nomeação uma espécie de retomada de espaço por parte da chamada ala ideológica, onde funcionários da pasta apontaram que houve um processo de ideologização dos livros didáticos, o que tem levado a um esvaziamento do caráter crítico e político da disciplina. De modo que estes projetos empreendidos se constituem grande adicional a receita das empresas envolvidas, contudo a maior influência que trouxe impacto significativo em relação a forma como as ciências humanas e em especial as ciências sociais serão apresentadas, e que espaços terão no currículo, diz respeito a ala ideológica conservadora cristã. E em denúncia à imprensa, Priscila Cruz, presidente do Movimento Todos pela Educação chegou a publicar em redes sociais a sua indignação com a nomeação da representante do movimento Escola Sem Partido, que tem ligações com *think tanks* nacionais e internacionais e que representa objetivos específicos na proposição de diretrizes na educação pública, onde tais grupos;

[...] genericamente chamados os centros de pesquisa, produção e articulação do conhecimento, exercem diversas funções. A mais conhecida é pautar o debate político por meio da publicação de estudos, artigos de opinião e da participação de seus membros na mídia. A mistura entre pesquisa e advocacia faz deles a ponte entre conhecimento e poder. Tornaram-se tão prestigiosos nas últimas décadas que praticamente passaram a representar um novo segmento do sistema político, influenciando a tomada de decisões. Trata-se de um espaço privilegiado de fazer política, que encontra terreno fértil na democracia,

³ Sandra Ramos é professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) grande aliada do Movimento Escola Sem Partido, principalmente dentro do aspecto das disputas ideológicas em torno do conservadorismo de direita, com ligações a ideólogos dentro e fora do Brasil.

em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias. (RIGOLIN, 2012)

Anteriormente, o PNLD 2019 teve como foco as adequações realizadas no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com material didático voltado a estudantes e professores. O de 2020 para o Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano) e o de 2021 para o Ensino Médio.

O PNLD 2021 é, portanto, resultado em parte de reformas pós golpe institucional de 2016, onde a homologação das diretrizes curriculares para o ensino médio em 20 de novembro de 2018 pelo ministério da educação contou também com a participação do ex-secretário da educação do estado de São Paulo Rossieli Soares, que atuou como ministro posteriormente. A secretaria da educação do estado de São Paulo foi inclusive a primeira secretaria estadual a colocar em pratica os itinerários formativos em 2021 como se propõe a nova BNCC.

O edital do PNLD 2021 que tinha previsão para ser publicado em janeiro de 2019, e em sua primeira fase em 2021 onde deveriam ser realizadas as escolhas de Projetos Integradores⁴ e Projeto de Vida, que são segundo o guia da editora Moderna, “obras com aprendizado voltado à vivência prática, com ações de pesquisa, discussão e produção.”. Posteriormente na Fase 2 Livros didáticos por área do conhecimento, obras de formação para professores e gestores, recursos digitais e obras literárias. (EDITORA MODERNA, 2021)

Assim, o PNLD 2021 traz os aspectos já voltados aos itinerários formativos apresentados na BNCC para o Novo Ensino Médio. Tais itinerários formativos apresentam não mais a clássica divisão por disciplinas, mas por áreas do conhecimento em itinerários formativos, uma divisão onde supostamente o aluno poderá optar, ficando somente Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias, e deste modo o material fica dividido em Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica profissional. Assim, os currículos do ensino médio passam a ser compostos por uma formação geral básica e um itinerário formativo. Onde a formação básica com foco em competências e habilidades são de 1.800 horas e os itinerários formativos com até 1.200 horas organizados a partir das áreas do conhecimento e da formação técnica profissional escolhida. São estruturados em quatro eixos, sendo: 1)

⁴ De acordo com o guia PNLD MODERNA (2021), Os Projetos Integradores são livros organizados em volumes únicos que contemplam uma dimensão integrada das áreas do conhecimento, trazendo uma nova proposta de ensino-aprendizagem. Cada livro traz seis projetos que devem contemplar quatro temas integradores (STEAM, Protagonismo Juvenil, Mídiaeducação e Mediação de conflitos) em todas as áreas do conhecimento . Esses projetos têm como objetivo firmar o processo de aprendizagem dos alunos, contribuindo para a contextualização dos conteúdos do currículo e estimulando a criatividade e o interesse do aluno através da interdisciplinaridade .

Investigação Científica; 2) Processos criativos; 3) Mediação e intervenção sociocultural e 4) Empreendedorismo. Seguindo essa organização os currículos poderão permitir que o aluno curse mais de um itinerário formativo dentro do curso do ensino médio ou ainda de forma concomitante ou sequencial. O que não ocorreu no caso da implementação em curso no estado de São Paulo. Ainda se propõe que os estudantes poderão escolher seu itinerário formativo, cabendo as escolas orientar os estudantes. E que em caso de decisão de mudança de itinerário formativo, caberá aos sistemas de ensino apresentar e garantir possibilidades para o aproveitamento de estudos realizados com êxito pelo estudante. Outro aspecto importante é que traz a possibilidade de utilização de ensino a distância, sendo de até 20% da carga horária no ensino regular, 30% no noturno, ambos com acompanhamento de professor e coordenador e 80% para Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Os itinerários formativos poderão ser ofertados em habilitação técnica profissional ou mesmo qualificação técnica. Onde a habilitação técnica terá titulação de um curso técnico, com 800 horas e com duração de 1 a até 3 anos e necessariamente o aluno ou deve estar matriculado no ensino médio ou ter concluído, já a qualificação técnica é de apenas 16 horas e com duração média de 3 meses.

Outro aspecto que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio apresentam que são expressas no PNLD 2021, em que fica aberta a possibilidade de parcerias com instituições educacionais reconhecidas pelo sistema de ensino, que seriam as diferentes secretarias, conselhos etc. Assim, além das adequações em relação ao PNLD, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio impõem um conjunto de adequações no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, bem como na formação de professores.

Nas formas possíveis de buscar compreender o atual cenário histórico, se faz necessário o resgate da capacidade imprescindível ao cientista social na análise das transformações e disputas no campo social e político. Essa capacidade é o que Mills denomina de Imaginação Sociológica, que “capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo”, e que “o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro do seu período” (MILLS, 1982, p. 11-12)

Assim, em virtude deste contexto de disputas, inclusive dentro do campo da direita, essa pesquisa é um importante instrumento na compreensão das forças e grupos ideológicos que norteiam as transformações na educação pública brasileira, que dentro do aspecto da pedagogia

das competências, que é uma forma de colocar a educação a serviço e na visão do capital, isto é do mercado, buscando produzir executores de trabalho.

Ainda nesse aspecto de ameaças a uma educação democrática e plural temos o aparelhamento de setores importantes para a educação pública, como o da produção dos materiais didáticos, tendo como política central dentro desta área no MEC o Plano Nacional do Livro Didático.

Por isso a temática se mostra de grande relevância e importância na compreensão dos rumos e possibilidades, pois o Livro Didático tem uma grande contribuição na escola, principalmente no contexto de uma educação já precarizada e desregulamentada onde grande parte dos professores não têm formação específica na área, ficando assim dependentes do livro didático.

1.1 CONJUNTURA DE CRISE NO BRASIL, BNCC E NEM (NOVO ENSINO MÉDIO)

Desde o processo de redemocratização com o final da ditadura civil militar empresarial e na promulgação da Constituição de 1988 que expressa os aspectos positivos da década de 1980 e as profundas transformações em decorrência deste processo de redemocratização. Onde nas últimas três décadas vivemos um período de movimentos lutas e avanços, mas principalmente de recuos no tocante à educação e com a instauração e o avanço dos processos de avanços do capital sobre o público a partir da década de 1990 com o desmonte e a venda do patrimônio público nos governos que vão desde Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso com seus desdobramentos em políticas de cunho neoliberal e com as concessões realizadas nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que apesar de terem efetivado algumas reformas progressistas, as demais eram reformas de cunho liberal.

E no decorrer do golpe de 31 de agosto de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff, desdobrando na PEC 55 que se constitui no famigerado Teto dos Gastos Públicos, também conhecido como “pec da morte”, dada a sua abrangência e consequência para a saúde e educação. Significando, portanto, retrocessos no campo político educacional e na saúde onde subsequentemente como resultado também do golpe se desdobram as reformas da previdência e trabalhista.

A partir de 2013, uma fração da burguesia, aliada ao capital internacional deu início a uma ofensiva de características políticas contra o governo petista de Dilma Rousseff, e tal ofensiva foi denominada de “ofensiva restauradora” por ter um objetivo de restaurar a hegemonia do neoliberalismo, que se deparava com diminuição do crescimento econômico e deste modo considerou oportuno medidas que visaram a derrocada do governo petista que vinha aplicando medidas neodesenvolvimentistas, a saber a redução da taxa básica de juros, depreciação do câmbio, medidas protecionistas e outras. Sendo uma ofensiva que se alimentava do fato de o neodesenvolvimentismo perder apoio inclusive dos que dele se beneficiaram, como a nova classe média, os novos diplomados com políticas sociais como PROUNI e FIES. Levando este seu apoio a medidas neoliberais. De modo que entidades que demonstraram algum apoio no processo de neodesenvolvimentismo durante os governos Lula e no primeiro governo Dilma, no segundo governo Dilma passaram a fazer forte oposição ao governo. De forma que em 2015, a FIESP se torna “vanguarda do golpe institucional no meio empresarial”, levando a crise da frente neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2016). Incluindo-se nesse aspecto a perda

de “interlocução e o apoio popular” em decorrência de erros, que fez com que parcela significativa de seus eleitores se sentissem traídos como “elevação de tarifas, como as de luz elétrica e gasolina, além de desenvolver uma política conservadora, que beneficiou mais aos bancos que ao povo” (GOMES, 2016). De modo que:

O impeachment é o último recurso aplicado pela Constituição contra um mandato democraticamente eleito. Não foi apresentado nenhum crime de responsabilidade dolosamente cometido pela presidenta, uma vez que as chamadas pedaladas fiscais não passam de manobras fiscais que, por mais que sejam uma anomalia, não estão previstas na Constituição como passíveis de crime de responsabilidade. O que se formou, então, para a garantia da aprovação do impeachment e, portanto, do golpe, foi um consenso entre o presidente (afastado) da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é investigado e réu por desviar mais de R\$ 500 milhões do orçamento público em contas na Suíça, com o vice-presidente Michel Temer, que também tem contra si uma série de denúncias e investigações por corrupção, e com todo o status quo do PMDB, do PSDB e de outros partidos que viram no golpe a chance de se livrarem de acusações e assaltarem o poder a fim de desenvolver seus interesses próprios, mesmo que estes tenham sido derrotados nas urnas (GOMES, 2016).

Assim, no pós golpe institucional de 2016, com a atuação da Lava-jato garantindo a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018 abrindo espaço para grupos ultra conservadores e reacionários nos mais diferentes ministérios do Governo Federal com ligações que vão desde alas ultra conservadoras com laços desde a época a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, também com ligação ao movimento pentecostal, como o pastor carioca Silas Malafaia, o deputado Marco Feliciano dentre outros.

Assim o golpe de 2016, abre caminho para aprovação de medidas que estabelecem políticas e medidas de caráter neoliberal, onde uma das principais e que atinge diretamente o campo educacional é a Medida Provisória 746/2016 e a Contrarreforma do Ensino Médio que contou com grande apoio de setores conservadores da sociedade e da mídia.

A Contrarreforma do Ensino Médio contou no Brasil com ampla cobertura pela mídia, de modo que logo em seguida a publicação da Medida Provisória n. 746 a TV Cultura em seu programa Roda Vida deu espaço ao então ministro da Educação Mendonça Filho e com intelectuais que representavam o pensamento empresarial sobre os temas relacionados a educação. Nomes como o de Mozart Neves Ramos, representando a fundação Ayrton Sena, Guiomar Namó de Melo, representando o Grupo Civita e que teve papel de grande importância no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) enquanto ocupante de cadeira no Conselho Nacional de Educação (CNE) tendo sido inclusive relatora das Diretrizes Curriculares

Nacionais do Ensino Médio⁵ (DCNEM) cujas bases estão da Pedagogia das Competências⁶, importante base para as concepções apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (RAMOS ; FRIGOTO, 2016).

Como parte igualmente importante do resultado deste golpe tem-se a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contudo, a versão do texto que vinha sendo discutida desde o governo Lula com avanços e retrocessos, é posta de lado, sendo levado a frente um texto novo proposto por setores empresariais, de modo que em uma versão bem destoante das anteriores discutidas com as universidades e setores interessados e que já tinha problemas, foi encaminhada para o congresso como Medida Provisória (MP). E dentro deste processo de mudanças, que vem desde os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), passando pela promulgação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) com forte influência da *common core* estadunidense, que trouxe significativas mudanças para o ensino de ciências humanas e em específico na disciplina Sociologia onde existem novas condicionantes que influenciam na atualidade a Sociologia como área disciplinar do conhecimento.

Há grande foco e preocupação por parte destes grupos conservadores quanto à educação pública, nas palavras de Apple (2003, p.66);

Na cabeça das pessoas que formam esses grupos, o ensino público é por definição um local extremamente perigoso [...] nas palavras do ativista conservador Tim LaHaye, “A educação pública moderna é a forma mais perigosa que existe na vida de uma criança: em termos religiosos, sexuais, econômicos, patrióticos e físicos.” Isso está ligado a sensação de perda da nova direita no que diz respeito à educação e à família.

Sendo, portanto, um modo de ver a educação como adiestramento para uma sociedade de controle dos indivíduos. Assim:

Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores. (FRIGOTTO, 2017, p.31)

O contexto destes ataques, que proporcionam terreno fértil ao crescimento e expansão destes grupos reacionários e conservadores é o neoliberalismo. Onde o capital em busca de

⁵ Resolução CEB/CNE N. 02/2012 e Parecer CEB/CEN N. 05/2011.

⁶ Para (PERRENOUD, 1999a). “A competência é uma capacidade de agir eficazmente em face de uma família de situações, que se chega a dominar porque se dispõe simultaneamente de conhecimentos necessários e da capacidade de mobilizá-los ciosa e oportunamente para identificar e resolver verdadeiros problemas”.

manutenção e aumento dos lucros necessariamente precisa causar mais desigualdade e no limite com violência para eliminar seus opositores (Frigoto, 2017), de forma que o uso do Estado se torna uma ferramenta importante na imposição de políticas e na instauração de um Estado policial, assim

Em nome de combater o terrorismo, institui-se o Estado policial que, como assinala Agamben, tem antes que criminalizar o inimigo ou adversário, para condená-lo a priori e justificar sua condenação ou, no limite, eliminá-lo. Do campo da guerra e do terrorismo, avança-se na criminalização dos movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos que se opõem à violência da desigualdade, exclusão de direitos e do pensar divergente. Daí deriva-se para o que é científico neutro e deve ser ensinado nas escolas. (FRIGOTTO, 2017, p.30)

Nesta conjuntura, portanto, as influências de caráter conservador e revisionistas se constituem em grave ameaça à educação nacional fundamentada em princípios científicos, uma vez que dentro do Ministério da Educação, e no Plano Nacional do Livro Didático, se efetivou no governo Bolsonaro uma reorientação de princípios e fundamentos em que o debate sobre educação é marcado por pressupostos cientificistas. Podendo, deste modo, impor um caráter revisionista aos materiais a serem produzidos. Em específico, as alterações nos materiais didáticos da disciplina Sociologia e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Que traz um grande perigo para a ciência e para a educação pública brasileira ao trazer a falsa ideia da existência de uma ciência neutra. Trazendo inclusive, um modo de ver a educação como adestramento para uma sociedade de controle dos indivíduos, de modo que:

Se o conhecimento científico tem como fim entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos. [...] Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores (FRIGOTTO, 2017, pp.29-31).

De modo que o projeto que se está constituindo desde antes do golpe de 2016 segue pela lógica do mercado tendo objetivos de formar indivíduos docilizados e que possam atender demandas de mercado, onde;

O projeto político em curso para educação não está dissociado ao mesmo objetivo delineado pelo empresariado nacional, com nítido apoio e financiamento do capital internacional, o qual encontrou no fundamentalismo religioso uma eficiente ferramenta de articulação e condução do consciente coletivo. A formação de expressões políticas conservadoras e liberais de

movimentos, partidos e intelectuais aglutinam várias ideias regressivas no debate sobre proposições educacionais. (MAGALHÃES,2020 p.23).

Nessa busca pela eliminação de uma educação questionadora, e na construção de uma educação de mercado e em prol do mercado e do poder religioso conservador que está entranhado nas instancias do poder, principalmente no Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro, com imposição de mudanças e alcance as mais diversas, como no caso da responsabilidade pela proposição de diretrizes e seleção dos livros didáticos no Plano Nacional do Livro Didático, é patente o questionamento do lugar das Ciências Humanas e em especial da Sociologia no PNLD 21 e conseqüentemente nos livros didáticos.

De forma que a educação ao se constituir como um importante campo de disputa ideológica traz a discussão sobre o aspecto da mesma, como um direito que aparece na Constituição Federal de 1988. Em que ante as crises do capital, se faz necessária a resistência em relação aos ataques sofridos e nesse sentido compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os *think tanks* nacionais e internacionais se relacionam principalmente com o PNLD. E assim compreender as políticas para as ciências humanas do governo Bolsonaro e nesse sentido compreender como os grupos liberais conservadores influenciaram na composição do novo Plano Nacional do Livro Didático 2021 e na própria BNCC e como se expressam essas influências nas políticas públicas para educação no Governo Bolsonaro. E como isso tudo vem influenciar no esvaziamento curricular de sociologia.

De modo que, sendo o conhecimento científico um potencializador do processo de entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos (FRIGOTTO, 2017, p.29).

Ainda segundo Apple (2003) apresentando críticas ao pensamento do pastor conservador Tim LaHaye⁷, que em suas pregações e livros atacou a educação pública e laica. Para LaHaye, a educação pública moderna era a forma mais perigosa que existia na vida de

⁷ Tim LaHaye (1926-2016) foi um importante apologeta e pastor Batista conservador estadunidense de grande influência nos Estados Unidos e no meio evangélico e protestante ao redor do mundo. Foi considerado em 2005 pela Time Magazine um dos 25 Evangélicos Mais Influentes da América, e atuou em áreas como a literatura com a série de livros “Deixados para Trás” que fala dos últimos dias na terra em que foram vendidos 70 milhões de exemplares em mais de 34 idiomas e tendo sido produzidos três filmes com base nos livros. Tendo também atuado no aspecto político e educacional nas últimas décadas de sua vida buscando influenciar a partir do conservadorismo com foco na educação, onde era um severo crítico às pautas sociais, principalmente no que tange a educação pública, tida por ele como uma ameaça aos cristãos (Kusian, 2016).

uma criança. Ele argumentou que isso se deve ao fato de que a educação leva às crianças a questionar as crenças dominantes, o que pode ser visto como uma ameaça para aqueles que procuram manter o status quo. Além disso, LaHaye também argumentou que a educação pública frequentemente não prepara adequadamente as crianças para o mundo real e não fornece as habilidades necessárias para ter sucesso na vida. O que se refere a uma perspectiva de educação a partir de ideais conservadores.

Foracchi (1965) destaca que as relações de manutenção se destacam como uma modalidade peculiar de relações interpessoais geradas no âmbito de um grupo social específico: a família. Tais como se configuram na situação do estudante, seja ele totalmente mantido pelos pais, parcialmente mantido pelos pais ou trabalhe para prover seu sustento, nelas estão contidos os delineamentos da atuação do jovem como ser socialmente dependente em busca de recursos eficientes de autonomia ou de emancipação.

1.2 BNCC

O aspecto embrionário da BNCC se encontra no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional de 1996, em que afirma:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

De forma que, a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular se constitui a partir do cumprimento de um aspecto da LDB em que se busca estabelecer o pleno exercício dos direitos.

Contudo, sendo objeto de disputas de mais variados setores e em que um cenário de golpe institucional onde,

De um dia para outro a conversa sobre o currículo saiu do círculo dos especialistas, passou para os editoriais dos grandes jornais e dali foi para as redes sociais. A questão da existência ou não de uma base curricular nacional deixou de ser um tema dos especialistas e passou a ser matéria do noticiário cotidiano (Rocha, 2017, p. 23).

Assim, o processo de elaboração da BNCC com trajetória relacionada ao Ensino Médio passou por períodos diversos, onde se tem início em abril de 2015 a partir da elaboração da primeira versão da BNCC que no período foi atribuído à Secretaria de Assuntos Estratégicos,

nesse período no Governo Dilma cujo lema era “Pátria Educadora” e o foco eram nas “capacidades aprendíveis em rede federal de ensino”. E Setembro de 2015 tem início um processo novo, em que a BNCC tendo como escopo o novo Ensino Médio, se produz um texto a partir de 116 especialistas obtendo como resultante a BNCC do Governo Dilma, e após o golpe de 2016 já no governo de Temer é articulada uma segunda versão onde também contempla o Ensino Médio e em agosto em sua terceira versão o Ensino Médio não aparece, de modo que a decisão de deixar o Ensino Médio de fora é de iniciativa da SEB (Secretaria de Educação Básica-MEC) em consonância ao Concede e da Undime e somente em Abril de 2018 o governo apresenta a BNCC/EM em consonância a lei da Reforma do Ensino Médio e em julho de 2018 o governo apresenta modificações após críticas de conselheiros do CNE (conselho Nacional de Educação, com críticas advindas inclusive do sociólogo César Callegari e vindo o governo a homologar a BNCC em Dezembro de 2018 (SECCO, 2020).

Nesse sentido, nos processos e elaboração e implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) nos anos de 2017 e 2018, a atuação do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) foi central, principalmente no aspecto relacionado a atuação do MEC (Ministério da Educação), de modo a organizar o modo de elaboração dos Referenciais Curriculares dos Estados contando com atuação direta de empresas do terceiro setor, dentre as quais pode-se citar o Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura e Instituto Reuna. Sendo possível verificar que no decorrer do processo houve um modelo de governança implícito em que essas empresas ou agências que representam o setor privado e financeiro vão exercer poder de modo a monopolizar não somente a forma, mas também os conteúdos (MICHETTI, 2020 *apud* SILVA, 2021) LOPES, 2020 *apud* SILVA, 2021). Atuando de modo a mitigar as possibilidades de participação de setores interessados como professores e estudantes da rede básica. Algo que foi colocado por Bernstein (1996,2000,2003) *apud* Silva (2021) como uma “tendencia nos currículos da Europa [...] cada vez mais controlados pelo campo da produção e do aperfeiçoamento da divisão do trabalho no campo de controle simbólico “que se constituiu com muita força no Brasil, principalmente após o golpe de 2016.

Diversas instituições privadas, que atuam como agentes e agências onde buscam o poder de decidir em relação ao campo da produção e da educação a partir da contextualização pedagógica com posição de influência e de comando em relação *centralização* e *homogeneização* dos currículos e metodologias a serem utilizadas.

De acordo com Lopes(2020) é possível perceber a existência do crescimento e fortalecimento dos processos políticos e sociais entre os grupos que tem posicionamento de que

o currículo deveria ser centralizado e de caráter prescritivo, ou seja como qual um receituário a ser seguido à risca, e dentre os quais se pode citar a Fundação Roberto Marinho e Fundação Leman que articulam o Movimento Todos Pela Base e que a partir de 2013 vem atuando na articulação junto a outras instituições como o CONSEA e MEC a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular tendo com o golpe de 2016 os setores relacionados a estas instituições de caráter privado. Em que nos processos de desdobramento das ações articuladas pela Fundação Roberto Marinho e Fundação Leman no Movimento Todos Pela Base redundam no Instituto Reúna, cuja missão encontrada na patina do próprio instituto e que posteriormente aparece desenhada nas mesmas perspectivas no documento final da BNCC de 2018 e igualmente presente no texto da Lei do Novo Ensino Médio de número 13.417 de 2017.

A atuação de grupos financeiros econômicos diretamente ligados a mídia, a telefonia e diversos outros articulam movimentos e institutos cujo foco de atuação se dá pela contratação dos mais diversos profissionais que sequer tem relação com a educação, mas focados nos processos gerenciais privados.

1.3 NEM (NOVO ENSINO MÉDIO)

O NEM (Novo Ensino Médio) foi implementado pela Lei 14.415/17, trazendo profundas mudanças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 9.393 de 20 de dezembro de 1996, obrigando a reorganização do Ensino Médio no Brasil. Dentre seus aspectos nocivos à sociologia, a Lei 13.415/17 revoga a alteração de 2 de junho 2008 da LDB, Lei nº. 11.684/08, em que se estabelecia a obrigatoriedade das disciplinas de sociologia de filosofia em todo o Ensino Médio (BRASIL, 2008).

A Lei 13.415 que foi promulgada em 16 de fevereiro de 2017, foi a consolidação da Reforma do Ensino Médio, colocando em vigor como Lei o que estava proposto na Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016. Porém, parcela significativa do que se constitui o Novo Ensino Médio já constava no Projeto de Lei 6.840, que foi apresentado pela Comissão Especial no dia 27 de novembro de 2011, em que se estabelece alguns predicados.

O PL 6840/13 tinha sido fruto de mais de 17 meses de trabalho da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para o Ensino Médio (CEENSI) que buscou propor alternativas e novas possibilidades formativas para o Ensino Médio, em debates com representantes de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, associações

estudantis, sindicatos, Secretarias Estaduais de Educação, gestores de ensino, pesquisadores e especialistas da área educacional (PEREIRA, 2019, p. 45)

Em que a partir dessas premissas, o Projeto de Lei 6.840/13 sendo apresentado pelo relator Deputado Wilson Filho, em que:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências (BRASIL, 2013).

De forma que apresenta alterações na carga horária, na arquitetura do Ensino Médio e ainda no lugar de disciplinas como sociologia e filosofia.

Em relação à Carga Horária, o Ensino Médio, na Lei nº. 9394/96 que é a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional, previa em seu Art. 24, inciso I - “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (BRASIL, 96), e com o Projeto de Lei 6840/13 essa carga horária deveria ter um aumento. Onde o Ensino Infantil e Fundamental continua com 800 horas anuais, mas o médio passa a constar com 1.400 anuais. E nesse mesmo sentido, se estabelece no Art. 2º, com a inclusão de vários artigos, sendo os 35-A, 35-B e 36-E, e especificamente no ultimo em que consta o seguinte texto: “A jornada escolar no ensino médio incluirá pelo menos sete horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2013), onde desse modo, se coloca em horizonte próximo o aumento da carga horária de trabalho docente, de permanência mínima no ambiente escolar, aumento de aulas, em função dos sistemas de ensino.

Um outro aspecto também, é a preocupação com o Ensino Médio Noturno, onde o PL. 6.840/13, Art. 2º, vai incluir na LDB 9.394/96, especificamente no Art. 35-B suas regulamentações, onde:

O ensino médio noturno, respeitadas as formas de organização previstas nesta Lei, observará a carga horária total mínima de 4.200 (quatro mil e duzentas) horas, sendo 3.200 (três mil e duzentas) horas desenvolvidas ao longo de quatro anos, mediante jornada escolar de pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, e 1.000 (mil) horas a serem complementadas a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 2013).

Tais aumentos na carga horária e período de formação estão sendo implementados em várias Secretarias de Educação, com uso de tecnologias, como a expansão em modo remoto realizada pela Seduc São Paulo.

No tocante aos aspectos mais graves que dizem respeito a arquitetura do Novo Ensino Médio, onde se estabelece no Art. 36 da LDB 9.394/96, por meio de nova redação do PL. 6.840/13, onde:

Art. 36. Os currículos do ensino médio, observado o disposto na Seção I deste Capítulo, serão organizados a partir das seguintes áreas do conhecimento:

- I- linguagens;
- II- matemática;
- III- ciências da natureza; e
- IV- ciências humanas (BRASIL, 2013).

De modo que o currículo passa ser organizado por área do conhecimento, e tendo como justificativa uma suposta possibilidade de se tornar mais atraente aos jovens. Como propôs a época, Deputado Wilson Filho, relator do projeto:

A necessidade de readequação curricular no ensino médio, de forma a torná-lo atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, sem que isso signifique o abandono da escola, foi, sem dúvida, o ponto mais debatido nas reuniões da CEENSI. O consenso foi de que o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdo, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos. Há que se ampliarem as do ensino médio, de modo a torná-lo adequado às necessidades do jovem de hoje, atraindo-o para a escola (BRASIL, 2013).

Sendo, assim novamente utilizada a ideia de que haveria um número exagerado de disciplinas, se tem a apresentação da Medida Provisória nº. 746 em 2016, contanto com a justificativa anteriormente utilizada no Projeto de Lei 6.840/13, em que o relator, a época Deputado Wilson Filho argumentou:

[...] propomos a primeira alteração na LDB, de forma que os currículos do ensino médio sejam organizados por áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas), priorizando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a maior interação e articulação entre os diferentes componentes e conteúdos curriculares (BRASIL, 2013).

De modo que a partir destas alterações o PL. 6840/13, vai incluir no Art. 36, no parágrafo 1º, o seguinte texto:

A base nacional comum dos currículos do ensino médio compreenderá, entre seus componentes e conteúdos obrigatórios, o estudo da língua portuguesa; da matemática; do conhecimento do mundo físico e natural; da Filosofia e da Sociologia; da realidade social e política, especialmente do Brasil; e uma língua estrangeira moderna, além daquela adotada na parte diversificada, conforme dispõe o art. 26, § 5º (BRASIL, 2013).

No tocante ao aspecto prático, nesse projeto de 2013, a sociologia ainda figura como componente obrigatório, não apresentando prejuízos. Porém após Golpe de 2016, surgem novas disputas em torno do Ensino Médio, onde a partir do contexto produzido pelas disputas em torno do currículo e da educação pública, a sociologia e a filosofia vão perder seus espaços enquanto disciplinas oficiais no currículo, sendo a partir disso tratadas como áreas do conhecimento, como apresentado em documento apresentado pelo então Ministro da Educação no governo de Michel Temer, Mendonça Filho, onde apresenta os motivos pelos quais a MP n.º 746/16, deveria ser aprovada. Nesse documento, denominado de Exposição de Motivos (EM n.º 00054/2016/MEC).

O retorno das discussões em torno do Ensino Médio por meio de Medida Provisória, em um momento pós golpe, insuflou diversos movimentos contrários à proposta, principalmente Movimentos Estudantis, sindicatos de trabalhadores da educação e pesquisadores que se debruçam sobre o tema educação. Como se pode ver:

Tão logo a MP 746/16 foi aprovada, houve manifestações de diversas entidades educacionais sobre a tramitação da reforma, entre elas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Associação Brasileira de Hispanistas (ABH); 5º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia / RJ; Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE); Fórum Nacional de Educação (FNE); III Intercrítica (Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação); Ação Educativa sobre a Reforma no Ensino Médio; Frente Paraibana Em Defesa Da Escola Sem Mordaza; Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM); Associação Brasileira ABRAPEC; Sociedade Brasileira de Física (SBF); Sociedade Brasileira de Química (SBQ); Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) (PEREIRA, 2019, p. 46).

Mostrando o clima de discordância da sociedade e dos grupos mais interessados. Principalmente como sendo os mais atingidos pelas reformas propostas pelo então governo de Michel Temer.

2- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E O LIVRO DIDÁTICO

2.1 – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu em 1996, em resposta às necessidades de modernização da educação brasileira. O programa foi criado como parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que visa garantir o acesso de todos à educação de qualidade. O PNLD visa a substituição gradual dos livros didáticos usados nas escolas brasileiras por versões atualizadas e adequadas às diretrizes educacionais do país. Além disso, o programa oferece incentivos financeiros às escolas e bibliotecas para aquisição de materiais para seus alunos. E desde 2009 até 2022, foram gastos mais de 11 bilhões de reais pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O programa nesse sentido vem tendo investimento em infraestrutura e em melhorias no acesso aos livros didáticos, além de fornecer recursos para a compra de materiais didáticos para escolas públicas. Além disso, o programa também vem oferecendo recursos para a modernização de bibliotecas e incentiva a aquisição de materiais para os alunos (VELOSO, 2020).

Desde sua criação em 1996, com as mudanças na nomenclatura, segundo o Ministério da Educação do Governo Federal, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) investiu cerca de R\$ 28 bilhões desde 1996 até 2022. Estes recursos foram investidos na aquisição e distribuição de livros didáticos para a educação básica brasileira.

O PNLD – Programa Nacional do Livro Didático é, partindo do que já colocado anteriormente, uma política pública de criação, seleção e distribuição de material didático que vem desde diversos governos, sendo, portanto, uma política de Estado que perdura por mais de 30 anos passando por 7 presidentes e mais de 16 ministros de Estado. Tendo passado por vários documentos e políticas públicas da educação: PCN, PCN+, OCN, DCN, BNCC. E atualmente faz a distribuição gratuita de materiais didáticos, em específico os livros didáticos para escolas públicas em todo o território nacional. Sendo, portanto, de grande importância.

De modo que,

O Livro Didático é uma ferramenta pedagógica encontrada dentro da sala de Aula, sendo este um importante instrumento de auxílio na construção do processo de ensino e Aprendizagem entre o Professor e Aluno. O mesmo é utilizado nas escolas públicas de todo o País, a partir da distribuição pelo Programa Nacional do Livro Didático, programa este que tem por objetivo a distribuição gratuita dos materiais didáticos. No cenário educacional brasileiro, o livro didático é importante instrumento de apoio ao trabalho do

Professor e referência na formação dos mais de 50 milhões de crianças e adolescentes matriculados em Escolas Públicas (ANJOS, 2011, p. 21).

Segundo dados do Ministério da Educação, o PNLD se constitui como um dos mais avançados programas de distribuição gratuitas de livros Escolares constituindo como importante mecanismo de combate às desigualdades onde por meio da distribuição gratuita de livros Escolares se busca a melhoria da educação pública, fazendo-se instrumento para a aprendizagem de milhares de jovens, adolescentes e crianças nos mais diversos lugares do Brasil. E também representa um importante investimento e fomento à indústria editorial que participa através dos editais de seleção e escolha dos materiais.

A sociologia no PNLD vai aparecer somente no PNLD 2012 com o fornecimento do material didático de Sociologia em decorrência da inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória do Ensino Médio na Lei 11.648 em 2008. De modo que inicialmente foram aprovados e distribuídos dois títulos: *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2010), Editora Saraiva, e *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY; FREIRE-MEDEIROS, 2010), Editora do Brasil.

SILVA (2012) argumenta que a consolidação da disciplina de Sociologia no ensino médio representa uma boa oportunidade para o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) de 2012, pois oferece aos estudantes a chance de conhecer teorias sociológicas fundamentais e de aprender sobre a realidade social. O artigo explora como a Sociologia é abordada no PNLD de 2012, e conclui que o programa oferece livros significativos para ensinar Sociologia no ensino médio.

Pós PNLD 2012 há uma perceptível diminuição do número de páginas, com cortes nos orçamentos em decorrência de iniciativas de órgãos e instituições. Como por exemplo o TCU (Tribunal de Contas da União). E ainda que o PNLD se apresentando como um instrumento de implantação de políticas públicas com efeito residual, pois em última escala é o docente quem decide se vai utilizar ou não. É o único material de apoio sistemático a prática docente sendo o único material docente oriundo de financiamento federal e por vezes a única obra disponível nos lares do país (TAGLIANI, 2011; DI GIORGI, 2014).

Já no PNLD 2015 o número de obras foi triplicado, com a aprovação de seis obras, incluindo a prorrogação das anteriores, entrando: *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM,

2013), *Sociologia em movimento* (SILVA et al, 2013) e *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013).

No PNLD 2018 as obras são ainda como nos anteriores divididas por disciplinas e a sociologia vai contar com cinco obras aprovadas, sendo: *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), Editora Scipione; *Sociologia em Movimento* (SILVA et al, 2016), Editora Moderna; *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016), Editora Ática, *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA; COSTA, 2016), Editora do Brasil. E fica de fora o livro *Sociologia para Ensino Médio* (TOMAZI, 2010) que foi a mais distribuída no PNLD anterior.

O PNLD 2018 contou com investimentos na ordem de R\$ 1.467.232.112,09, onde 117.566 escolas foram atendidas, somando um montante de 31.137.679 alunos e com a distribuição de 153.899.147 exemplares.⁸

No PLD 2018 se pautou pelos critérios que se segue;

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política;
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual;
3. Realizar a mediação didática;
4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante;
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2017, p. 8).

Enquanto em 2018 se tinha 5 obras exclusivas de sociologia, em 2021 tem o processo de disciplinarização do currículo e uma proposta de interdisciplinaridade nos livros didáticos, sendo um conceito bastante discutido a partir dos anos 1990. E o que os livros trazem é um processo que é feito de forma rasa e que não dá conta de transmitir o conteúdo, com o risco de confundir com senso comum. Contando com 14 obras de ciências humanas e sociais aplicadas, 97 autores. E com a predominância de autores do campo da história, bem como também há três livros sem autores com formação em ciências sociais, e o livro *moderna plus* que é uma adequação do livro sociologia em movimento com quase os mesmos autores, sendo da editora Moderna. E no nível de pós-graduação, poucos tem mestrado ou doutorado em sociologia e dos 97, cerca de 20% sequer tem mestrado ou doutorado em alguma área das ciências humanas. E apenas autores da *moderna plus* estiveram envolvidos em eventos e publicação em eventos relacionados as ciências sociais. E alguns sequer tem alguma publicação, ou mesmo apresenta

⁸ Dados obtidos de <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acessados em 28/04/2022

algo no lattes relacionado ao ensino de sociologia. Tendo também uma totalidade de autores que sequer tem qualquer experiência com ensino básico, com exceção de pouquíssimas obras.

Enquanto característica, há uma clara redução do conteúdo de sociologia, não há equidade representativa dos autores, sendo autores que não fazem parte do know-how de ensino de sociologia, e menos da metade dos autores de sociologia tem experiência com ensino básico. E a grande maioria sequer estão relacionados ou tem relação com a discussão sobre o ensino de sociologia. E o desaparecimento da sociologia nos livros didáticos pode significar o desaparecimento da sociologia no ensino básico.

Ocorre que, a partir do PNLD 2021 as obras não mais são divididas em disciplinas e temas, mas por áreas do conhecimento, de modo que há grandes perdas para sociologia. Assim, o PNLD 2021 é, portanto, resultado em parte de reformas pós golpe institucional de 2016, decorrente da homologação das diretrizes curriculares para o ensino médio em 20 de novembro de 2018.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi um marco na definição dos rumos do Plano Nacional de Livro Didático (PNLD) 2021. Onde estabeleceu diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar brasileira, o que possibilitou o direcionamento de recursos para a produção de livros didáticos que atendessem as demandas da educação brasileira. O PNLD 2021 foi baseado nos princípios da BNCC, como o direcionamento dos recursos para a produção de livros didáticos que atendessem às demandas dos currículos e das escolas brasileiras. Além disso, a BNCC também contribuiu para a definição de critérios de seleção de livros didáticos, assim como o critério de avaliação do desempenho dos professores, entre outros (SANTOS, 2021).

O PNLD 2021 traz diversas mudanças e dentre as mudanças é a divisão por áreas do conhecimento aglutinando as disciplinas, como no caso das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que vai aglutinar os conteúdos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia sempre com foco nas habilidades e competências, outra das grandes mudanças foi a de trabalho com foco nos objetos, de forma que o objeto 1 Projetos integradores e de vida, Objeto 2 Área do conhecimento (pare geral), Objeto 3 Formação continuada, objeto 4 Recursos educacionais digitais e objeto 5 obras literárias. Seguindo um cronograma apresentado pelo MEC.⁹

⁹ Dados obtidos de <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/entenda-o-processo-de-escolha-das-obras-do-pnld-2021/>. Acesso em 29/04/2022.

Neste aspecto, o PNLD 21 ao ser a política pública responsável pela delimitação das diretrizes do material didático, seus conteúdos e a forma como ele são abordados, se constitui em importante elemento de disputa, uma vez que, ao ter o controle do material didático o grupo político no controle obtém um forte mecanismo de controle no próprio currículo.

Neste ensejo de disputas em torno do sistema educacional, e mais precisamente em uma das suas principais políticas públicas em nível federal que é o Plano Nacional do Livro Didático 2021. Tendo por objetivo a imposição do que estudar e sob quais perspectivas estudar, delimitando inclusive o que é ciência. Onde, nesse processo se busca inclusive impor visões de mundo alinhadas às suas perspectivas.

Importante aqui salientar as contribuições de Apple (1982) acerca do currículo para uma análise de como a sociologia está representada no PNLD 21, pois, o currículo parte de uma reprodução de conteúdo que busca legitimar privilégios ou os poderes já constituídos, contudo, não apenas os conteúdos podem reafirmar esses poderes ou uma ideologia, mas também a ausência de conteúdos pode vir a se constituir como importante instrumento de reafirmação de valores e ideais, assim o esvaziamento dos conteúdos de sociologia no PNLD 21, a presença, ou melhor, a não presença de autores especialistas nas obras aprovadas também se constitui um elemento importante quando se pensa na construção do próprio material didático e do currículo e o seu processo de esvaziamento proposital.

Sabendo-se que a educação pode contribuir tanto para libertação do indivíduo, quanto para sua não libertação, e para que isso seja possível, isto é, uma educação libertadora só é possível quando o indivíduo tem acesso a uma educação libertadora. De modo que como apontado no livro *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987), se a educação não proporcionar ao educando a possibilidade de libertar-se, esse indivíduo tenderá a reproduzir um modo cativo de vida.

Apple (2004) argumenta que o que se tem presenciado no campo educacional, é o que ele denomina “de um levante conservador”, e que há em curso um processo que é resultante da organização de diversos setores que tem por objetivo resistir às transformações da sociedade, e de forma reacionária retornar a velhos parâmetros. Se tratando, portanto, de luta pela hegemonia onde se articulam interesses em torno da educação, da economia, das disputas em relação aos aspectos culturais, de classe, raça, gênero, principalmente a partir do início dos anos 2000.

2.2 - O livro didático e sua constituição ao longo da História - Os aspectos históricos da utilização do livro didático e sua construção até o PNLD 2021 com avanços e retrocessos.

O livro didático é resultado de um processo histórico tradicional que se fundamenta na centralidade no que diz respeito às referências e fontes escritas da ciência, ou seja, do conhecimento acumulado e validado que se faz então digno de ser reproduzido e ensinado geração após geração, buscando uma formação com marcos importantes nos aspectos e mecanismos de formação tanto moral quanto intelectual nas sociedades em que estiveram presentes, onde foram parte indissociável do processo de formação e das transformações culturais nas diversas sociedades.¹⁰

Assim, com uma elite influenciada e marcada pelos ideais positivistas¹¹ bem como pelo racismo cientificista é que são desenvolvidas e implementadas as primeiras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, criação e distribuição do livro didático no Brasil. Onde em concomitância se instaura um processo de branqueamento da população nacional pela substituição da mão de obra até então negra de ex-escravizados pela mão de obra de europeus que perdurou da segunda metade do século XIX até o início do século XX (SEYFERTH, 1996, p. 46).

Portanto, no Brasil as políticas públicas para o livro didático remontam desde antes da Era Vargas e estão relacionadas aos esforços de diversos grupos ao longo do tempo, e principalmente a partir do fim da Primeira República, onde a constituição de uma política de centralização da burocracia educacional era fortalecida, principalmente a através dos livros didáticos que em um período de forte movimentação em torno das propostas educacionais dos

¹⁰ O livro didático se constitui como uma espécie de códex que foi criado no período da reforma protestante, onde os reformadores tinham por intenção colocá-lo como um importante instrumento de ensino, tendo fundamental papel no processo de conservação, reprodução e mesmo na disseminação, e pulverização dos conhecimentos e visões de mundo nas sociedades europeias e suas colônias. Onde, “Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. [...] Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando.” (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36), onde, a utilização dos materiais didáticos criados com o desenvolvimento do livro pelos reformadores, foi paulatinamente tomando lugar e importância ao passo que o desenvolvimento e divisão dos conhecimentos e a própria especialização foi ampliada no processo da revolução científica e o surgimento e crescimento do positivismo no mundo enquanto um método científico.

¹¹ Os positivistas foram igualmente decisivos quando em defesa de uma educação laica e republicana, bem como a defesa de uma educação que fosse pautada no conhecimento científico e na sua aplicação racional. Onde são, portanto, os propositores do sistema educacional em vigor na atualidade com suas limitações e algumas diferenças. E exerceram grande influência no modelo educacional brasileiro no século XIX, principalmente através da figura de Benjamin Constant, produzindo grande impacto na forma como a educação no Brasil foi implantada e estruturada. (SALOMÃO, 2016, p. 6)

anos 1930 do início do século XX com participação de um seguimento da elite intelectual da época com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (AZEVEDO, 2006) que foi publicado em 1932. E desta forma, tendo como uma de suas características uma espécie de “repositório das verdades científicas”, sendo, portanto, central no processo de formação e construção de uma identidade nacional. E no mesmo processo, como ocorreu na Alemanha, com a instalação de uma educação compulsória, com foco na alfabetização e na formação para à leitura desses livros que levavam uma visão específica sobre a fé a religião e a própria sociedade e é claro sobre como se deveria compreender e interpretar as Escrituras Sagradas Cristãs de forma mediada pelo conhecimento apresentado pelos reformadores nesses livros. (BARBOSA, 2011).

A partir desse ponto, compreende-se que os processos de desenvolvimento de sistemas ou projetos educacionais trouxeram os mais diversos desafios, onde um dos principais era a formação de professores em um período em que ainda não haviam se desenvolvido ou criado os cursos universitários. Desta forma, o livro didático é um mecanismo importante na formação e no desenvolvimento do trabalho desse professor em formação.

Tendo como um marco legal a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) com a publicação do decreto-lei 1006/38 que institui a política de Estado específica para a produção e distribuição de livros e outros materiais didáticos (FREITAG, 1987), salientando inclusive que a CNLD, por meio dos livros didáticos cumpre nesse período um papel ideológico e político muito importante, e ainda que com dificuldades, as políticas nacionais de material didático persistem até hoje, mesmo com a extinção da CNLD em 1960 onde a partir de 1964 O Ministério da Educação e Cultura da Ditadura Civil-Empresarial-Militar em parceria com os Estados Unidos, no famigerado acordo MEC (Ministério da Educação e Cultura) - USAID (United States Agency for International Development), focados principalmente no ensino superior, ainda que o controle estatal sobre os mecanismos de seleção e produção dos livros desse o tom e determinasse o que os jovens teriam acesso de conhecimento (PINA, 2011; PASSOS, 2010) colocou ou impôs importantes mecanismos de controle do conteúdo a serem apresentados.

Parte importante constitutiva desses acordos ou parcerias determinava um limite reduzido de tempo para a vida útil dos livros didáticos, assim, os livros não mais eram material de uso, mas de consumo e a partir de 1971 é criado o Programa do Livro Didático, sendo o programa que antecede o PNLN (Programa Nacional do Livro Didático) que vem ser criado somente em 1985 como resultado do processo de redemocratização, tendo uma de suas

prerrogativas a descentralização progressiva dos processos de tomada de decisão, dando então suporte à criação ou surgimento de um grande mercado editorial, onde

Das inúmeras formas experimentadas pelos governantes para levar o livro didático à escola durante 67 anos (1929/1996), só com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1997, e com a transferência da política de execução do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que começam sua produção e distribuição de forma contínua e massiva. Todos os estudantes do ensino fundamental passam a receber livros didáticos de todas as disciplinas. A partir daí, o programa deslança. Em 2001, começa a distribuição de dicionários de Língua Portuguesa para os alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e de livros em braile para os alunos cegos. No ano seguinte, os alunos de 4ª e 5ª séries passam a receber a coleção Literatura em Minha Casa. Em 2003, dicionários são entregues aos alunos da 1ª, 7ª e 8ª séries. Em 2004, o Ministério da Educação cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que vai distribuir, no próximo ano, livros de Matemática e de Português para todos os alunos matriculados na 1ª série do ensino médio das escolas públicas. (LORENZONI, 2004).

Nesse momento, o PNLD deixa de fora diversas outras disciplinas, focando apenas Língua Portuguesa e Matemática, é, contudo, importante notar que em comparação com os modelos anteriores de políticas públicas voltadas para o livro didático, o PNLD traz uma característica importante que é seu aspecto democrático com a consulta aos professores e os livros retomam um caráter de uso. De modo que há:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. (BRASIL, 2012).

Sabe-se que, a partir da apresentação da Sociologia como uma ciência no século XIX, na Europa, que traz inevitavelmente instrumentos para debates e questionamentos acerca do funcionamento e desenvolvimento da sociedade com metodologias de análise das informações, dados etc., buscando responder indagações a fim de se chegar à resposta as transformações da sociedade, inicialmente surge com viés conservador. E, portanto, a partir dos questionamentos que a própria sociologia nos traz, pode-se problematizar alguns aspectos com a leitura de documentos e artigos sobre o assunto. No decorrer do processo de luta da história da Sociologia no Brasil tem características singulares, considerando, por um lado, introduzi-la na educação básica ainda no final do século XIX a partir das reformas propostas por Benjamin Constant e parecer de Rui Barbosa (MACHADO, 1987), e tempos depois por Atheneu Sergipense em

1892, tendo maior ênfase na década de 1920 com a reforma de Rocha Vaz em 1925 e Francisco Campos em 1931 levando a necessária criação de cursos superiores, de forma que as ciências sociais só entram no currículo com a sociologia na década de 1990. Assim, em 1930, inicialmente o professor que ensina sociologia é um autodidata, muitas vezes o mesmo responsável pelo processo programático do conhecimento sociológico através de manuais (MEUCCI, 2011).

Tendo, como já supracitada a Sociologia enquanto uma disciplina escolar, sofrido diversos ataques e com as intermitências, é que se faz necessário compreender as disputas em torno do currículo. Como bem destaca Silva (2007) “Os currículos são materialização das lutas em torno de que tipo de educação os grupos sociais desejam implementar na sociedade”. De modo que o lugar que a sociologia ocupa na educação é resultado da luta de classes, algo já destacado nas obras de Apple (1982) e Bernstein (1996), onde esses resultados da luta de classes redundam em perda ou ganho de espaço, inclusive no Livro Didático, que é um elemento imprescindível.

As reformas educacionais implementadas nesse período são resultado de seu contexto e agentes que influenciaram direta e indiretamente, onde a Sociologia entra no currículo com um objetivo de suprir uma demanda que era a da consolidação de um ideal de nação e validar o suposto “progresso” positivista que influenciou a educação brasileira, especialmente a constituição dos materiais didáticos que foram produzidos expressando o pensamento como por exemplo de Herbert Spencer (1820 – 1903), muito presentes nos livros de sociologia criados e distribuídos na primeira geração. Meucci (2001, p.129-130), afirma que quando analisou os materiais didáticos de Sociologia percebeu a recorrência desse intelectual de origem britânica referenciada nas obras dos mais variados autores.

De modo que, os materiais didáticos nesse período não representaram apenas um modo de produzir e disseminar o conhecimento, mas igualmente se apresenta como um projeto ideológico específico colonial que formatou o ideal de nação.

Dois outros pesquisadores que constatarem de igual maneira são Brito (2010) e Fernando Azevedo (1935), onde percebem um projeto político-educacional presente nessas obras, que posteriormente foi subsídio na formação dos primeiros estudantes e professores naquele momento e redundam nas formações até os dias atuais.

No processo histórico, constituindo os PNLD anteriores pode-se observar alguns aspectos importantes, como o fato de que o PNLD se apresenta como um documento que

demonstra o esvaziamento curricular, como é possível observar em sua configuração da construção do conteúdo, principalmente a partir de uma recontextualização pedagógica, com observância dos editais dos diferentes PNLD's, os critérios e os vetos ali estipulados em anos anteriores.

No currículo com base nas competências, a sociologia não entra como uma disciplina que faz parte do núcleo comum da grade curricular, e assim fica opcional à parte diversificada por parte da rede ou escola.

A solução neoliberal consiste em radicalizar os nexos entre a educação e suas funções puramente econômicas. Num cenário político em que os interesses das grandes corporações são declarados prioritários, a educação deve, reconhecidamente, estar voltada para esses interesses. (SILVA, 1999, p.75)

As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio apresentam o foco em uma pedagogia das habilidades e competências que são posteriormente expressas no PNLD2021.

2.3 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e os conteúdos curriculares de Sociologia na BNCC e no PNLD 2021

Os conteúdos curriculares de Sociologia abordados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021 partem de uma perspectiva de compreensão das relações sociais, dos processos culturais, dos sistemas de poder, da identidade, do trabalho e da luta de classes.

De modo geral, o livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aborda tópicos como o estudo da diversidade étnica, racial, de gênero e sexual, dos direitos humanos, da globalização, das mudanças climáticas, da desigualdade social, do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente e das relações internacionais. Além disso, o livro também discute o papel da sociologia para a compreensão dos fenômenos sociais.

Com a aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em 2017 e consequentemente com os novos editais do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) definindo os critérios para a seleção e aquisição dos livros a serem enviados para os alunos, o mercado editorial passa por reorientações que redundam em um conjunto de mudanças

significativas para a forma como os conteúdos e as disciplinas são e serão apresentadas e organizadas.

De modo que a BNCC e suas determinações a um novo PNLD focam nas competências e habilidades colocando uma organização do currículo não mais por disciplinas, mas por áreas do conhecimento trazendo novas preocupações.

As preocupações relacionadas à BNCC são diversas, e desde sua origem com o golpe institucional de 2016, passando pelos agentes envolvidos em sua composição e implementação e principalmente as consequências para a educação e para o exercício das atividades do professor de sociologia.

Minando as expectativas de novas possibilidades de atuação e mais espaço no campo de trabalho, tanto educacional quanto profissional, que foram constituídas anteriormente com programas importantes para a educação, como “o programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) [...] e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)” (BODART; CIGALES, 2017, p. 257). Pois influi diretamente na atuação dos professores e de forma que tende a gerar inclusive desemprego.

Cabe destacar que a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) estabelecem uma divisão onde o ensino médio fica em duas etapas indissociáveis: Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). De modo que a primeira terá 1800 horas, definindo claramente as disciplinas obrigatórias de Matemática, Português e Inglês. E na segunda parte, o IF onde pode ocorrer em cinco áreas de acordo com as condições objetivas das instituições de ensino: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Educação Técnica e Profissional, com uma carga horária mínima de 1200 horas. De acordo com a Portaria MEC nº 1.432/2018, os IF possuirão quatro eixos estruturais: a) investigação científica; b) processos criativos; c) mediação e intervenção sociocultural; e d) empreendedorismo.

No processo histórico, constituindo os PNLD anteriores pode-se observar alguns aspectos importantes, como o fato de que o PNLD21 se apresenta como um documento que demonstra o esvaziamento curricular, como é possível observar em sua configuração da construção do conteúdo, principalmente a partir de uma recontextualização pedagógica, com observância dos editais dos diferentes PNLD's, os critérios e os vetos ali estipulados em anos anteriores.

De acordo com Limoeiro (2016),

Comparando os livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD 2012 e 2015 observa-se um aumento significativo (quantitativo e qualitativo) na abordagem sobre gênero e sexualidade nos livros mais recentes. Além dos espaços exclusivos que o tema ganha nos quatro livros novos aprovados no PNLD 2015, como capítulos ou tópico, gênero e sexualidade aparecem relacionados a outros temas, como: movimentos sociais, trabalho, direitos e cidadania, desigualdades sociais, socialização, instituições e controle social, preconceito/discriminação, poder, família brasileira, violência, velhice, cultura e ideologia e identidade. [...] A maior presença do tema nos livros, quando comparamos o PNLD 2015 em relação ao PNLD 2012 indica uma mudança no currículo da sociologia escolar, quando pensamos em quais temas ocupam um lugar privilegiado ou são considerados clássicos da disciplina. (LIMOEIRO, 2016, p. 69-70).

É importante, portanto, perceber que o livro enquanto material didático historicamente constituído como ferramenta de formação social, educacional, científica e político-ideológica, tanto no início da reforma protestante, no desenvolvimento da república brasileira e no decorrer de diversos golpes, o material didático que ocupa papel central no que tange aos programas de implantação e desenvolvimento da educação no país. Colocando visões legitimadoras no processo de substituição da mão de obra no país, ou mesmo nos processos de golpes militares.

É nesse aspecto que o PNLD se constitui como uma das, senão a principal política pública do Ministério da Educação, contando com características que precisam ser destacadas.

Assim, o PNLD 2021 traz os aspectos já voltados aos itinerários formativos apresentados na BNCC para o Novo Ensino Médio. E um aspecto que as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio apresentam que são expressas no PNLD 2021, em que fica aberta a **possibilidade de parcerias com instituições educacionais** reconhecidas pelo sistema de ensino, que seriam as diferentes secretarias, conselhos etc. Assim, além das adequações em relação ao PNLD, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio impõem um conjunto de adequações no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, bem como na formação de professores. Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias, e deste modo o material fica dividido em Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica profissional.

O livro didático, seguindo a alteração da LDB pela Lei 13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio será por área como supracitado, sendo materiais de transição, onde as próprias editoras não têm muita ideia do que será, por ser apenas seis meses entre o edital e as escolhas. E é pensando no mercado editorial, que são escolhidos pelos professores, que as editoras não

devem trazer grandes mudanças em relação aos livros anteriores, exceto pela redução dos conteúdos, apesar do aumento da carga horária dos currículos.

Com as mudanças impostas pela Reforma do Ensino Médio, vieram algumas mudanças com a adaptação à Lei 13.415/2017, levando a revisão dos currículos onde a carga horária passa igualmente por mudanças, pela divisão por áreas do conhecimento, como diz no artigo 35^a e os Itinerários Formativos como descritos no Art. 36, com possibilidades de Itinerários formativos integrados (Art. 36 §3º).

E o ciclo do PNLD de 3 passa para 4 anos, sendo o próximo em 2025. E com grande possibilidade de autocensura por parte das editoras e sendo ao todo 88 livros aprovados no PNLD 2021. Com opções de várias linhas e de e diferentes propostas.

Sendo os livros mais influenciados pela Lei da Reforma do Ensino Médio do que pela própria BNCC segundo alguns autores como Artuso, Alysson Ramos (2021), de modo que se busca cumprir requisitos do edital.

O edital do PNLD 2021 trouxe critérios quanto a proposição de obras. Onde fica estabelecido que “As obras que serão adquiridas no PNLD 2021 (ensino médio) estão divididas em cinco objetos, conforme especificado a seguir. [...] Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores do ensino médio (Objeto 1)” E as “Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio (Objeto 2)”.

Ficam estabelecidos inclusive o número de páginas que os livros devem ter e a quantidade de volume. Onde Projetos Integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estabelece para o Livro do Estudante Impresso o número máximo de 208 páginas, o Manual do Professor Impresso 304 páginas, e 6 videotutoriais. Como se vê no quadro 1 do edital.

Quadro 1 - Quadro 1 do Edital PNLD 2021

Obras Didáticas de Projetos Integradores e Projeto de Vida	Livro do Estudante Impresso	Manual do Professor Impresso	Material Digital do Professor
	Máximo de páginas	Máximo de páginas	Videotutorial

1

Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias	208	304	6
Projetos Integradores da área de Matemática e suas Tecnologias	208	304	6
Projetos Integradores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	208	304	6
Projetos Integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	208	304	6
Projeto de Vida	208	256	3

FONTE: PNLD 2021

Os livros de projetos não são livros que buscam apresentar conteúdos, mas aplicações como produtos finais. Como por exemplo no livro *Estética e Conflito – A questão indenitária na escola e mediação de conflitos* da editora Moderna, onde o produto final é um painel de fotografias na escola.

Em “A importância do livro didático de sociologia através da análise do PNLD em escolas do cariri ocidental da Paraíba” ALVES (2017), traz apontamentos importantes sobre o próprio papel do livro didático e do PNLD enquanto políticas públicas de grande importância no cenário educacional brasileiro. De modo que a Sociologia figura entre os componentes curriculares após um processo histórico antes de ser oficializada como disciplina obrigatória em 2008. E só a partir de então é que a Sociologia vai contar com um livro, assim, a Lei 11.684/2008 não traz somente novas possibilidades para as escolas, pois de acordo com Tavares

(p214) apud Alves (2017) traz também fortalecimento das licenciaturas no interior das universidades que tinham hegemonia dos bacharelados ao trazer discussões particulares do campo da licenciatura, fazendo assim com que a Sociologia tivesse maior espaço nas discussões acadêmicas, principalmente no que tange aos processos de ensino e aprendizagem.

Com esses desafios a frente tem-se a composição de documentos que buscam estabelecer parâmetros e diretrizes quanto ao ensino de Sociologia. E para isso em 2012 tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que são documentos do Ministério da Educação que propõem quais as bases teóricas que devem instrumentalizar a docências das diversas disciplinas do ensino básico. Onde também há o documento que regulamenta a educação, que é o Plano Nacional de Educação (PNE).

Deste modo, os Parâmetros Curriculares de Sociologia vêm orientar e explicar os principais conceitos concernentes a formação, abrangendo três grandes áreas das Ciências Sociais, sendo a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Apresentando propriamente orientações que buscam dar sentido às aprendizagens, bem como as competências e habilidades. Sendo desse modo a primeira vez a constar em documentos oficiais a menção a competências e habilidades, já apontando para uma pedagogia das competências. E para apontar o caminho no sentido desses desenvolvimentos de competências e habilidades o livro didático é um importante instrumento de dominação.

Bernstein (2003) já apontava que havia em curso uma tendência “pedagogizante” na Europa nos anos 1990, e ainda Ropé e Tanguy (1997) apresentam que essa implementação em curso da educação com foco nas competências estava diretamente ligada a reorganização do trabalho no capitalismo contemporâneo e com forte ligação com a sociedade de consumo e o cotidiano dos alunos. Assim, como consequência traz um processo de empobrecimento dos currículos com simplificações do que é essencial a ciência.

No currículo com base nas competências, a Sociologia não entra como uma disciplina que faz parte do núcleo comum da grade curricular, e assim fica opcional à parte diversificada por parte da rede ou escola. Resultando em ainda mais precarização da permanência da sociologia no currículo escolar, de modo que traz modificações na estrutura da formação dos professores, pois o espaço de trabalho da sociologia não se consolida. (SILVA, 2007).

Quando a LDB de 1996 no artigo 36 diz que ao final do Ensino Médio o estudante deveria apresentar conhecimentos de filosofia e sociologia há a repercussão de forma direta nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) de 1998 bem como nos

Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) de 1999. Porém, ainda que tenha ocorrido essa alusão de forma direta aos conhecimentos de filosofia e sociologia, essa possibilidade foi apagada pela implantação em curso de uma concepção de currículo com base no desenvolvimento das competências. De forma que retomando uma ideia de currículos mais regionalizados e com base nos conhecimentos aplicados na realidade de forma imediata, interrompendo deste modo a iniciativa da maioria dos estados de elaborar um currículo com caráter mais científico.

A BNCC – Base nacional comum curricular, traz mudanças significativas quanto ao espaço que as chamadas disciplinas têm no currículo. Não raro, diversos autores e teóricos da educação apontam problemas tanto em sua estrutura, quanto no modo como foi desenvolvida a Base Nacional Comum Curricular, em sua versão promulgada, diferente das anteriormente construídas em diálogo com as universidades e setores interessados, se deu de forma antidemocrática e após o golpe de 2016, tendo sua implementação um caráter diretamente golpista.

O Novo Ensino Médio introduzido em 2019, trouxe consigo a reestruturação das disciplinas obrigatórias e a introdução de disciplinas eletivas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Estas disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com os interesses do aluno, devem ser planejadas por semestres e serão oferecidas como palestras, seminários e feiras para expor as matérias eletivas. Além disso, a escola deve fornecer informações detalhadas e contatos com professores especialistas para ajudar os alunos a tomar decisões informadas sobre as disciplinas eletivas.

É preciso compreender que as disciplinas obrigatórias são apenas Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática das quatro principais áreas. O bloco História + Geografia + Filosofia + Sociologia é uma disciplina optativa, ou seja, o estudante deve escolher se vai cursar ou não a área de Ciências Humanas e Sociais. Esta escolha é semestral, então o professor deve planejar seu programa ou currículo por semestre. A escolha deve ser baseada nos interesses do aluno. Se o aluno não souber o que estudar, é importante que a escola ofereça informações detalhadas sobre as disciplinas eletivas, além de ter um tempo e espaço para discutir o assunto. Isso pode ser feito por meio de palestras, seminários. Portanto, para garantir que os alunos desenvolvam as competências adequadas para cada disciplina, é importante que sejam oferecidas aulas de apoio, palestras, seminários e outras atividades que permitam aos alunos obter informações detalhadas sobre as disciplinas eletivas que estão disponíveis. Isso permitirá

que os alunos façam escolhas informadas e interessantes, que lhes darão maior satisfação e resultarão em melhor desempenho.

Silva (2019) argumenta que, devido à crescente necessidade de compreensão interdisciplinar, é importante que o currículo seja estruturado para permitir que os alunos desenvolvam as competências necessárias para cada disciplina. Além disso, o autor enfatiza a importância de se oferecerem disciplinas eletivas, que podem ser escolhidas de acordo com os interesses do aluno. Para garantir que os alunos façam escolhas informadas, é importante que a escola ofereça acesso a informações detalhadas sobre as disciplinas eletivas, além de um tempo e espaço para discutir o assunto.

Nesse discurso quanto às escolhas dos alunos, o sistema em que a BNCC reduziu a carga horária relativa à Sociologia, o que pode acarretar uma menor compreensão dos conteúdos tratados na disciplina.

Assim preocupações relacionadas à BNCC são diversas, desde sua origem com o golpe institucional de 2016, passando pelos agentes envolvidos em sua composição e implementação e principalmente as consequências para a educação e para o exercício das atividades do professor de sociologia. Minando as expectativas de novas possibilidades de atuação e mais espaço no campo de trabalho, tanto educacional quanto profissional, que foram constituídas anteriormente com programas importantes para a educação, como “o programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) [...] e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)” (BODART; CIGALES, 2017, P. 257)

De modo que com as modificações apresentadas pela Lei nº 13.415/17, onde a Sociologia deixa novamente de ser uma disciplina obrigatória e tem seu texto se referindo às práticas como se segue “ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.” (BRASIL, 2017). De forma que, tal modificação se apresenta num sentido de colocar os saberes da Sociologia diluídos pelo currículo, e inclusive sendo permitida a ministração desses saberes por pessoas das diversas áreas.

O Nono Ensino Médio é a implementação da BNCC Base Nacional Comum Curricular, assim parte importante das contrarreformas neoliberais implementadas na educação brasileira a partir de orientações e influências de instituições como o Banco Mundial e *think tanks* com interesse no setor educacional. A BNCC é resultante também do processo de golpe institucional de 2016, pois foi após o golpe que as discussões da BNCC que já duram mais de uma década

foram abandonadas e a toque de caixa se aprovou um texto encomendado pelos setores privados da educação e atendendo estes interesses.

O ex-secretário da educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares, fazia parte do ministério da educação dentro da secretaria responsável pela elaboração do texto e posteriormente assumiu como ministro da educação no então governo de Michel Temer.

Importante ressaltar que São Paulo atua como uma espécie de carro chefe na implementação de contrarreformas neoliberais por ser o estado com maior desenvolvimento econômico e ter uma maior concentração das universidades de renome e no tocante à educação pública por ter a maior rede de alunos do país. E em decorrência disso é o primeiro estado a implementar o Novo Ensino Médio com a divisão por itinerários formativos. Assim, o livro analisado faz parte do itinerário de Ciências humana e Sociais Aplicadas, que é onde se concentram as disciplinas de História, Geografia Sociologia e Filosofia, ocorrendo uma proposta de transdisciplinaridade que na prática não acontece e com um currículo que sofre um esvaziamento do conteúdo científico.

A título de exemplificação pode-se citar alguns aspectos de um dos livros selecionados para o PNLD 2021 e que foi escrito de acordo com a BNCC, onde alguns apontamentos concernentes à própria implementação do Novo Ensino Médio para o qual o PNLD 2021 está direcionado. E dentre esses aspectos o que se apresenta é o “saber fazer”, que a partir de uma “situação-problema”, onde o livro mostra um caminho para trabalhar a partir de problemas geradores com foco nas “investigações, coleta de pistas, formulação de hipóteses, debates, conclusões, desafios, descobertas”.

De modo que apresenta que o papel do professor nesse processo é o de um orientador, e sendo esse orientador “um mestre que, com experiência e sabedoria aponta caminhos, alerta problemas e oferta soluções” (GUERREIRO; NETO; DE SOUSA, 2020, pág. 12). Bem como a inserção do que chamam de linguagem computacional, ou pensamento computacional que faz parte do “universo digital”, que parte de três princípios comuns: decomposição, hierarquização das informações e padrões. Onde a decomposição “significa dividir o problema complexo em partes menores”, Hierarquização da informação é “analisar, filtrar, classificar os componentes da sua situação problema por ordem de relevância, do menos importante ao mais determinante, definindo quais são as prioridades e as ordens a se resolver aquela questão.” E por fim padrões, sendo entendido na proposta apresentada no livro como “notar que determinados acontecimentos ou procedimentos podem se repetir ou caracterizar aquela situação problema”.

Outro aspecto apresentado no livro é o objetivo de desenvolver no aluno o poder de argumentação, sendo apresentado no livro como “negociar pontos de vista” “chegar a um ponto de equilíbrio”, onde afirma no livro que o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (1895-1975), afirmava que “o discurso de um sujeito se constrói no cruzamento de diferentes pontos de vistas, vindos de diversos lugares e consolidados ao longo do tempo”.

De modo igualmente preocupante, os Princípios Integradores em que os livros foram constituídos em seis projetos com o objetivo de integrar a área de ciências humanas e sociais aplicadas, agregando os componentes curriculares de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, partindo de uma situação problema que deverá ser trabalhada em grupo pelos estudantes, divididos em duas, onde uma é chamada de: “Investigar” e outra de “No concreto”.

Cada um dos projetos foi construído, segundo afirmam no livro, a partir de um tema integrador, que resultaram em propostas de atividades com foco em “STEAM”, “Protagonismo Juvenil”, “Mídiaeducação” e “Mediação de Conflitos”. Onde a afirmação segue sendo que o objetivo é o de desenvolver competências e habilidades.

Dando prosseguimento os autores definem competência da seguinte forma:

Por competência se entende a capacidade de mobilizar atitudes, conhecimentos e valores para se inserir na sociedade e resolver situações do dia a dia, sempre conforme os princípios da ética e da cidadania. Habilidades, por sua vez, significa os aprendizados fundamentais para desenvolver as competências. (GUERREIRO; NETO; DE SOUSA, 2020, v. único, p. 15).

Onde a base é a pedagogia das competências, que tem uma origem histórico social,

Tudo começou quando a indústria percebeu que o trabalhador seria mais produtivo se tivesse autonomia para organizar seu próprio processo de trabalho. Do ‘apertador de parafusos’ controlado de perto por um supervisor, ele passou a ser o membro de uma equipe, que trabalha em grupo e é reconhecido (leia-se remunerado) não pelo seu posto ou pelos seus títulos, mas pela sua capacidade de resolver problemas. Em outras palavras, pelas suas competências. (GUIMARÃES, 2010).

Exercendo influência direta nas ideias educacionais do país, a pedagogia das competências aparece nas legislações na década de 1990 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, tendo implementação pela Resolução CEB de número 4, publicada no dia 8 de dezembro de 1999. De modo que o Parecer 16/1999 vem subsidiar os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico definindo assim as competências como “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. (BRASIL, 1999)

Essas modificações são parte das contrarreformas conservadoras que transpõem políticas de outros países de forma acrítica, onde

[...] políticas neoliberais estão tendo um impacto na educação e em diversas outras áreas pelo mundo afora. Políticas desenvolvidas nos Estados Unidos e na Inglaterra são exportadas e, em seguida apropriadas em várias outras nações, muitas vezes com pouca compreensão tanto das sérias críticas a elas feitas, como dos difundidos efeitos negativos gerados quando nos países que as originaram. [...] percebidas com mais do que positivas em países, aos quais muitos arrogantemente se referem “em desenvolvimento (APPLE, 2009, p. 17).

Assim, a agenda conservadora em curso que tem caráter colonialista e privatista, onde a implementação de avaliações externas tem a finalidade de exercer o controle sobre a implantação do currículo. De modo que o livro didático em sua capacidade de exercer influência como já apresentado inicialmente, no aspecto da visão de sociedade a ser implementada, isto é, provocando ou mesmo promovendo mudanças no senso comum, com visões que tendem a apresentar a figura do Estado como inapto, onde

[...] concentram em torno de compromissos neoliberais com o mercado e um suposto Estado fraco, ênfase neoconservadora acerca de um controle mais forte sobre currículos e valores e “novas propostas de gerenciamento” para instalar formas rigorosas de responsabilidade. (APPLE, 2009, p. 29).

Essa novas propostas de gerenciamento, que advém do processo de avanços profundos de instituições que atuam no cerne do capitalismo e que traz profundo e perigoso ataque à educação pública e ainda que inicialmente não tenha tido avanços significativos à direita. A segunda trouxe como consequência ignorar ou desconstruir os intensos debates sobre qual conhecimento é válido, e de que grupo esse conhecimento é oriundo, e constituindo um falso consenso sobre o que é supostamente comum. Onde os resultados positivos de tais reformas ou foram desprezíveis ou meramente retóricos. (APPLE, 2009, p. 29-30).

Onde com

A estranha combinação de mercantilização, por um lado, e centralização do controle, por outro, não só não está acontecendo somente nos Estados Unidos. Trata-se de um fenômeno mundial. E apesar de existirem esforços muito reais e, frequentemente bem-sucedidos, de oposição a esse fenômeno (Apple et al., 2003), isto não significa que as conjecturas básicas por trás das formas neoliberais, neoconservadoras e neogerenciais não tenham causado um forte impacto em nossas instituições, em toda a sociedade, até mesmo no nosso senso comum. (APPLE, 2009, p. 30-31).

Com a ocupação do MEC e setores importantes como os responsáveis pelo PNLD 2021 por agentes relacionados as igrejas protestantes de caráter tanto pentecostal quanto histórico se faz necessário compreender aspectos importantes sobre esse modo de conservadorismo e moralidade.

Também se faz necessário recobrar que na era do capitalismo neoliberal, rompem-se alguns vínculos entre a educação às atividades públicas da vida adulta, ficando cada vez mais problemático os vínculos entre educação e trabalho atualmente, onde

A solução neoliberal consiste em radicalizar os nexos entre a educação e suas funções puramente econômicas. Num cenário político em que os interesses das grandes corporações são declarados prioritários, a educação deve, reconhecidamente, estar voltada para esses interesses. (SILVA, 1999, p.75).

As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio apresentam o foco em uma pedagogia das habilidades e competências que são posteriormente expressas no PNLD2021, inclusive com abertura para a possibilidade de parcerias com instituições educacionais reconhecidas pelo sistema de ensino, que seriam as diferentes secretarias, conselhos etc. Assim, além das adequações em relação ao PNLD, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio impõem um conjunto de adequações no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, bem como na formação de professores com foco em habilidades e competências.

Estes projetos empreendidos se constituem grande adicional a receita destas empresas envolvidas, contudo a maior influência atual e que poderá impactar significativamente a forma como as ciências humanas e em especial as ciências sociais serão apresentadas, e que espaços terão no currículo, diz respeito a ala ideológica conservadora cristã. Onde, como citada anteriormente, uma de suas representantes é Sandra Ramos, que tem ligações com o Movimento Escola Sem Partido.

Nas formas possíveis de buscar compreender o atual cenário histórico, se faz necessário o resgate da capacidade imprescindível ao cientista social na análise das transformações e disputas no campo social e político. Essa capacidade é o que Mills denomina de Imaginação Sociológica, que “capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo”, e que “o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro do seu período” (MILLS, 1982, p. 11-12).

E que sendo aspecto constitutivo da educação enquanto concepção onde indica a inseparabilidade entre socialização e instrução, concepção apresentada por Silva *apud* Arroyo

(1999), onde aponta a escola como um ambiente fundamental de socialização, entre a família e o trabalho, sendo então responsável pela aprendizagem adequada das relações sociais de produção, onde “a instituição fundamental que se interpõe entre a família e o trabalho é a escola” (SILVA *apud* ARROYO, 2001, p.16).

Neste aspecto, o PNLD 21 ao ser a política pública responsável pela delimitação das diretrizes do material didático, seus conteúdos e a forma como ele são abordados, se constitui em importante elemento de disputa, uma vez que, ao ter o controle do material didático o grupo político no controle obtém um forte mecanismo de controle no próprio currículo. Principalmente em uma educação precarizada e desregulamentada onde se tem a entrada de profissionais de outras áreas com formação inadequada para a docência, ou seja, sem licenciatura, e em muitos casos tecnólogos com pouca ou nenhuma bagagem teórica e científica. E deste modo, a importância da análise do lugar das ciências sociais aplicadas e especialmente da sociologia no PNLD 21.

3- ESTUDO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

No artigo "OS LIVROS DIDÁTICOS DA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA" Meucci (2021), destaca a importância de se utilizar a Sociologia do Conhecimento como abordagem teórica para o estudo dos livros didáticos; o problema da representação dos conteúdos sociais nos livros didáticos; as relações entre discurso, conhecimento e poder; e a compreensão dos processos de produção, distribuição e uso dos livros didáticos. Além disso, a autora aborda a importância de se considerar a perspectiva dos alunos na análise dos livros didáticos e a necessidade de se dar destaque às abordagens interdisciplinar. No sistema capitalista, ser jovem é vender sua força de trabalho, ainda que sem experiência e no trabalho precarizado, como entregadores de fast food vinculados a aplicativos.

Com o objetivo o estudo dos materiais didáticos se possibilita compreender e verificar como os livros do PNLD 21 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresentam a Sociologia em meio aos demais conteúdos curriculares de Ciências Humanas e como estes são apresentados segundo essa nova caracterização interdisciplinar que se afirmar a partir da BNCC e em que sentido isso traz alterações à autonomia e aos conteúdos.

A composição ou organização da entrega dos materiais aprovados para o PNLD 2021 ocorreu com uma proposta de duas fases, onde a Fase 1 se constitui do Objeto 1 que são as obras de Projetos Integradores e Projeto de Vida, A Fase 2 constituída do Objeto 2 com Livros didáticos por área do conhecimento, o Objeto 3 constituído de obras de formação para professores e gestores, o Objeto 4 que se constitui de Recursos Digitais e o Objeto 5 com obras literárias.

De modo que na Fase 1, objeto 1 cada rede de ensino fez a escolha de quatro livros de Projetos Integradores, deste modo sendo um para cada área do conhecimento e um livro de Projeto de Vida, que serão reutilizáveis com previsão de uso por quatro anos.

Na Fase 2, objeto 2 que é foco deste capítulo, os livros didáticos são por áreas do conhecimento, quais sejam, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e sociais, Linguagens e Matemática. E contam também no objeto 2 além das obras ou livros por área do conhecimento com obras didáticas específicas para Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências Humanas e Sociais em diálogo com a Matemática.

Foram aprovados 14 livros didáticos da unidade curricular de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e 10 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática no PNLD 21 que se encontram no anexo 1e 2.

3.1 – ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO

3.2 - Análise de livro didático Palavras Para Integrar, Editora Palavras Projetos

Editoriais Ltda

Figura 1 - Capa do Livro PALAVRAS PARA INTEGRAR:: ciências humanas e sociais aplicadas.



FONTE: EDITORA PALAVRAS (2020)

A análise do Livro Didático se constitui em um importante instrumento de compreensão sobre a forma como o currículo está se consolidando e partindo disso, alguns exemplos são colocados a seguir, onde o primeiro exemplo é o do livro didático Palavras para integrar e depois a coleção da editora contexto ação.

Livro: Palavras para integrar, da editora Palavras Projetos Editoriais Ltda. Compõe objeto 1 “projetos integradores” – Ciências humanas e sociais aplicadas do currículo do novo ensino médio.

Os autores são: Ana Lúcia de Araújo Guerreiro; Jorge Silvino da Cunha Neto; Marquilandês Borges de Sousa e Arno Aloísio Goettens é o organizador.

Ana Lúcia de Araújo guerreira é bacharel em geografia pela FFLCH-USP, Licenciada em Geografia pela FE-USP, Mestre em geografia Humana pela FFLCH-USP e professora de geografia do Ensino Fundamental na rede privada de São Paulo (SP);

Jorge Silvino de Cunha Neto é graduado em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, ciências e Letras, Lorena (SP), licenciado em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras e Pós-graduado em Educação Currículo e Prática Educativa pela PUC-RJ, Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP e Professor de Filosofia e História nas redes pública e privada de São Paulo (SP);

Marquilandes Borges de Sousa é Graduado e Licenciado em História pela FFLCH-USP, Mestre em Integração da América Latina pela Prolam-USP e Professor de História do Ensino Médio na rede privada de São Paulo (SP);

Arno Aloísio Goettems, o organizador do livro, é Graduado e Licenciado em Geografia pela FFLCH-USP, Mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP e professor de geografia na rede municipal de São Paulo (SP).

3.2.1 - Análise descritiva da obra

O livro analisado tem seus conteúdos com base em uma pedagogia das competências onde para desenvolver essas competências se propõe a trabalhar com projetos, como apresentado no livro “Este é um livro de **trabalho com projetos**, uma prática pedagógica que também tem muita história.”. Cujo objetivo explicitado é “fugir desse modelo, que chamavam de tradicional [...] era preciso tirar o estudante desse lugar de ouvinte, com obrigação apenas de memorizar os conteúdos escolares, para colocá-lo em busca do conhecimento” (pág. 10).

Outro aspecto que fica evidente é o tal “saber fazer a partir de uma “situação-problema”, onde o livro mostra um caminho para trabalhar a partir de problemas geradores com foco nas “investigações, coleta de pistas, formulação de hipóteses, debates, conclusões, desafios, descobertas”. Onde deixa a colocação de que o papel do professor nesse processo é o de um orientador, e sendo esse orientador “um mestre que, com experiência e sabedoria aponta caminhos, alerta problemas e oferta soluções” (pag. 12)

Outro fator que chama a atenção é a inserção do que chamam de linguagem computacional, ou pensamento computacional que faz parte do “universo digital”, que parte de três princípios comuns: decomposição, hierarquização das informações e padrões. Onde a decomposição “significa dividir o problema complexo em partes menores”, Hierarquização da informação é “analisar, filtrar, classificar os componentes da sua situação problema por ordem de relevância, do menos importante ao mais determinante, definindo quais são as prioridades e as ordens aa se resolver aquela questão.” E por fim padrões, sendo entendido na proposta

apresentada no livro como “notar que determinados acontecimentos ou procedimentos podem se repetir ou caracterizar aquela situação problema”.

Outro importante ponto apresentado é o objetivo de desenvolver no aluno o poder de argumentação, sendo apresentado no livro como “negociar pontos de vista” “chegar a um ponto de equilíbrio”, onde afirma no livro que o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (1895-1975), afirmava que “o discurso de um sujeito se constrói no cruzamento de diferentes pontos de vistas, vindos de diversos lugares e consolidados ao longo do tempo”

O livro foi constituído em seis projetos com objetivo de integrar a área de ciências humanas e sociais aplicadas, agregando os componentes curriculares de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Onde partem de uma situação problema que deverá ser trabalhada em grupo pelos estudantes, divididos em duas estapas chamadas de: “Investigar” e “No concreto”. E cada um dos projetos foi construído, segundo afirmam no livro, a partir de um tema integrador, que resultaram em propostas de atividades com foco em “STEAM”, “Protagonismo Juvenil”, “Mídiaeducação” e “Mediação de conflitos”. Com objetivo de desenvolver competências e habilidades.

A conceituação de competências e habilidades apresentada no livro, na página 15 é:

Por competência se entende a capacidade de mobilizar atitudes, conhecimentos e valores para se inserir na sociedade e resolver situações do dia a dia, sempre conforme os princípios da ética e da cidadania. Habilidades, por sua vez, significa os aprendizados fundamentais para desenvolver as competências.

Nas páginas 15 e 16, o livro do professor apresenta as propostas de atividades e suas competências gerais da BNCC trabalhadas.

3.3 - ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO CONTEXTO E AÇÃO - EDITORA SCIPIONE

No caso da Coleção **Contexto e Ação** como um outro exemplo em relação a forma como os livros didáticos foram organizados, a coleção foi dividida em seis volumes de modo que o volume 1 a 6 Grandes transformações, 2 Territórios, paisagens e relações sociais, 3 Sociedade e natureza, 4 Trabalho e sociedade, 5 Desigualdade e poder e o 6 Cultura, ciência e tecnologia.

Todos os seis volumes com os mesmos autores e corpo técnico.

Autor: Igor José de Renó Machado e Editora: Scipione

Ilustradores e demais colaboradores: Henrique Amorim, Fabiana Sanches Grecco, Leandro Galastri, Cassiano Terra Rodrigues, Glaydsin José da Silva.

As informações sobre o currículo desses profissionais apresentadas no livro são:

Igor José de Renó Machado, que é Bacharel em Ciências Sociais, mestre em Antropologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), sendo Professor titular e coordenador do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM) na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar-SP). Com destaque como autor de livros didáticos para o Ensino Médio e de várias obras sobre migrações.

Henrique Amorim, é Bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Coordenador do Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho (GPCT) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Autor de livros didáticos para o Ensino Médio.

Fabiana Sanches Grecco, é Bacharela, licenciada e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-SP, Marília), Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), tendo experiência no ensino de Sociologia.

Leandro Galastri, é Licenciado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), sendo também Professor associado livre-docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-SP).

Cassiano Terra Rodrigues, é Bacharel, licenciado e mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professor do Departamento de Humanidades (IEFH) e coordenador do grupo de estudos e do laboratório sobre Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Glaydson José da Silva, é Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-SP, Franca), Mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

3.3.1 - Análise descritiva da obra

Os seis volumes ficaram dispostos da seguinte forma: onde no Vol. 1 Grandes transformações; Vol. 2 Territórios, paisagens e relações sociais; Vol. 3 Sociedade e natureza; Vol. 4 Trabalho e Sociedade; Vol. 5 Desigualdade e poder; Vol. 6 Cultura, ciência e tecnologia. Com abrangência em todo o ensino médio.

De modo que cada a coleção se apresentou da seguinte forma:

GRANDES TRANSFORMAÇÕES: volume 1

Figura 2 Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Grandes Transformações.



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

Nesse volume o livro é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no cap. 1: Um mundo em expansão? ; cap. 2: Somos todos iguais?; cap. 3: De quem são os brioques?; Cap.4: quanto tempo aguentam as barricadas?; cap.5: Com quanto sangue se faz um século?; cap.6: O que separa o muro de Berlim?

No que decorre que no volume 1 em seu capítulo 1: Mundo em expansão?, e na Parte 1, com a ideia de “conexões” subdivido em quatro temas, temos o tema 1 com: “O mar e a

integração entre povos; no 2: Expansão marítima e comercial europeia; no 3: “ Dominação e sistemas coloniais”, no 4: “O eu diante do Outro: circulações e trocas entre povos e culturas”.

Na parte 2: Imersão, temos “Mares e oceanos que contam histórias”.

No capítulo 2: Somos todos iguais?, na Parte 1 Conexões temos o tema 1: “Sociedades ordenadas por desigualdade”, no Tema 2: “Liberdade e igualdade”; no Tema 3: “Igualdade de direitos e igualdade de fato”, e no Tema 4: “Toda lei é legítima?”

No capítulo 3: De quem são os brioches?; na parte 1, conexões temos o Tema 1: “Absolutismo e mercantilismo”; Tema 2: “Absolutismo sob ameaça”; Tema 3: “ As revoluções Inglesas”; Temas 4: “Revolução Francesa”.

Na parte 2, Imersão, temos: “Iluminismo e escravidão”.

No capítulo 4: Quanto tempo aguentam as barricadas? na parte 1, conexões temos o Tema 1: “Movimentos e revoluções no século XIX”; Tema 2: “Imperialismo e novos domínios coloniais”; Tema 3: “Nações e nacionalismos”; Tema 4: “A comuna de Paris”.

Na parte 2, Imersão, temos “Liberalismo e socialismo”.

No capítulo 5: Com quanto sangue se faz um século? temos na Parte 1, conexões, em Tema 1: “entre charretes e aviões de bombardeio”; Tema 2: “Sociedade em transformação e a Revolução Russa”; Tema 3: “ Fascismo, nazismo e Segunda Guerra Mundial”; no Tema 4: “Segunda Guerra Mundial: o mundo transformado”.

Na Parte 2, Imersão, temos “Ascensão do Nazismo”.

No capítulo 6: O que separa o mudo de Berlin?, temos na Parte 1, conexões o Tema 1: “ A divisão do mundo”; Tema 2: “A ‘era de ouro’ do capitalismo: a construção do Estado de bem-estar-social”; no Tema 3: “Processos de descolonização e independências”; e no Tema 4: “ O fim da URSS”.

Na parte 2, imersão, temos “Quantas ‘Áfricas’ existem na África?”.

TERRITÓRIOS, PAISAGENS E RELAÇÕES SOCIAIS: volume 2

Figura 3 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Territórios e Paisagens Sociais.



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

De modo que o livro é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no cap. 1: Que imagem melhor representa o nosso mundo?; Cap 2: Vivemos em uma aldeia global? ; Cap 3 Como é o seu quadrado?; Cap. 4 O mundo pode ser dividido em dois?; Cap. 5 O que se faz com a terra no Brasil?; Cap. 6 Por que precisamos de passaporte?.

SOCIEDADE E NATUREZA: volume 3.

Figura 4 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Sociedade e Natureza



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

Onde o livro é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no Cap. 1: Mudar de lugar ou mudar o lugar?; Cap. 2 Novo Mundo para quem?; Cap. 3 Bárbaros são os outros?; Cap. 4 Quem são os povos e comunidades tradicionais?; Cap. 5 A cidade é um meio ambiente?; Cap. 6 A humanidade é uma era geológica?;

TRABALHO E SOCIEDADE: volume 4

Figura 5 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Trabalho e Sociedade.



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

Que é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no Cap. 1: O trabalho faz parte da natureza humana?; Cap.2 Por que temos que trabalhar?; Cap. 3 O trabalho nos liberta?; Cap. 4 De que classe social eu sou?; Cap. 5 Há emprego para todos?; Cap. 6 Eu sou disruptivo?

DESIGUALDADE E PODER: volume 5

Figura 6 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Desigualdade e Poder



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

Livro que é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no Cap. 1: O que são e como surgiram os Estados nacionais?; Cap. 2 Por que algumas pessoas são vistas como mercadorias?; Cap. 3 Quem ganhou com a independência?; Cap. 4 Qual é a relação entre autoritarismo, opressão e desigualdade?; Cap. 5 O que é a democracia e como preservá-la?; Cap. 6 Qual é a democracia do Brasil?

CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: volume 6

Figura 7 - Capa do Livro CONTEXTO E AÇÃO: Cultura, Ciência e Tecnologia



FONTE: EDITORA SCIPIONE (2020).

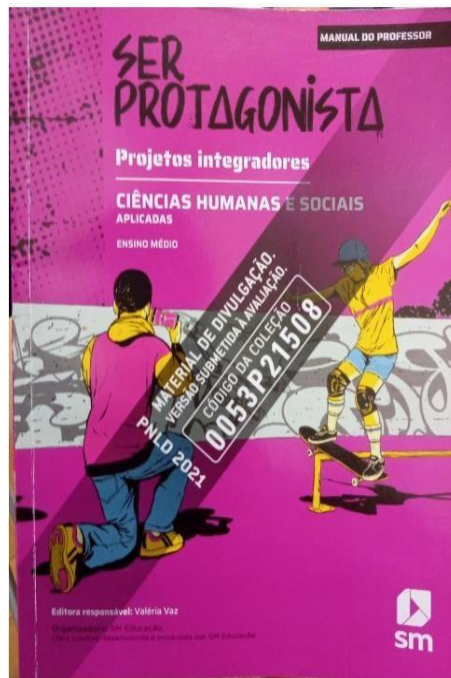
O livro é composto por seis capítulos, cada qual com seu tema. De modo que no Cap. 1: A arte morreu? Viva a arte!; Cap. 2 O capitalismo consome o mundo?; Cap. 3 O que é o conhecimento científico?; Cap. 4 Uma sociedade da informação?; Cap. 5 Até onde vai a ciência?; Cap. 6 Vivemos em um mundo conectado?

De modo igual cada livro tem seus conteúdos e atividades dispostos em subdivisões por temas, sendo quatro subdivisões na primeira parte e parte dois com a ideia de imersão onde se apresenta um texto relacionado aos demais itens da parte um.

3.4- ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “SER PROTAGONISTA”

Projetos Integradores em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Ensino Médio – Valéria Vaz (org.). Editora SM Educação”.

Figura 8 - “SER PROTAGONISTA: Projetos Integradores em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Ensino Médio – Valéria Vaz (org.). Editora SM Educação”.



FONTE: Consani, Souza, Garcia, Oliveira, Fillietaz e Silva (2020)

AUTORES: ALEXANDRE FILLIETAZ (Bacharel em Administração pela Universidade Dom Bosco. Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Professor de Ensino Superior).

CLAUDIA VALERIA DE OLIVEIRA (Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Taubaté. Advogada e mediadora de conflitos comunitários. Consultora para o Terceiro Setor).

FRANCISCO MARTINS GARCIA (Bacharel em Geografia pela USP. Editor de livros didáticos e paradidáticos).

KARLA ISABEL DE SOUZA (Licenciada em Pedagogia pela Unicamp. Mestrado e Doutorado em Educação pela Unicamp. Mestrado em Engenharia de Mídias pela Universidade de Poitiers França. Pós doutora em Educação pela Universidade Alcalá de Henares Espanha. Professora de Ensino Superior).

MARCIEL APARECIDO CONSANI (Bacharel em Instrumento pela Universidade de São Judas. Licenciado em Educação Artística pela Faculdade Belas Artes de São Paulo; Mestre

em música pela Unesp. Doutorado em Ciências da Comunicação pela USP. Professor do Ensino Superior).

VALERIA APARECIDA VAZ DA SILVA (Editora responsável. Licenciada em História pela Unesp. Bacharela em Letras pela USP. Professora de Ensino Fundamental na rede pública.)

3.4.1 - Análise descritiva da obra

O Livro didático “SER PROTAGONISTA: Projetos Integradores em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Ensino Médio – Valéria Vaz (org.). Editora SM Educação”, foi constituído foi pela Editorial Edições SM LTDA, para o Ensino Médio, tendo sua primeira edição no ano de 2020. Contando com 200 páginas, e está disponível no PNLD 2021, objeto 1.

O livro foi selecionado para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreendendo um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, bem como de fomento a produção de materiais destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País, e conta com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O livro analisado apresenta-se como uma obra centrada em uma perspectiva interdisciplinar, em que utiliza questões problematizadoras, com foco em pesquisa e no debate na busca de resolução de situações cotidianas visando o “protagonismo dos estudantes e a formação para a cidadania”.

No processo de divulgação para professores/as, o trabalho indicou que utiliza diferentes linguagens para “movimentar os processos de ensino e aprendizagem”, e objetiva desse modo o “desenvolvimento da argumentação, da inferência e do pensamento científico, bem como o exercício da curiosidade intelectual, o cuidado de si e do outro em diálogo com as culturas juvenis e com a realidade social contemporânea”.

Em sua apresentação para os estudantes o trabalho destaca o esforço das/os mesmas/as por permanecer no Ensino Médio, indicando que a obra oferece um conjunto de conteúdos atuais e interessantes, de modo que aborda vários aspectos do protagonismos juvenil e da Cultura de Paz na escola e diretrizes para a vida profissional, e deste modo visando contribuir para “autodescoberta e autorrealização”.

Com forte apelo em relação aos conceitos de ciência e tecnologia, mídia e empreendedorismo ganham destaque em todo livro. Onde o livro para estudantes está organizado em 6 Projetos Integradores: O Projeto 1 “STEAM”¹²; “Fazedores do espaço”; O Projeto 2 - Protagonismo Juvenil: “Viver em comunidade”; O Projeto 3 - Mídiaeducação: “O mapa da mídia”; O Projeto 4 - Mediação de Conflitos: “A paz que faz sentido”; O Projeto 5 - Protagonismo Juvenil: “Empreendendo o futuro”; O Projeto 6 - STEAM: “Tecnologia, arte e ficção científica”.

Todos os projetos apresentam as seguintes seções: “Abertura”; “Organizar ideias”; “Pesquisa em ação”; “Caixa de reflexão”; “Interação”; “Elaborar”; “Glossário”; “Produto final”; “Autoavaliação”; e “Para ampliar”. E em sua sequência constam as competências e habilidades da BNCC, os objetivos, a justificativa, a situação-problema, os materiais a serem utilizados em cada percurso. Ao longo de todos os projetos há proposição de pesquisas e atividades relacionadas à produção de vídeos, rádio entrevistas, podcast, enquetes, maquetes, croqui, questionário, cartazes, código de valores.

De modo que o livro em questão chama a atenção pela sua forma de organização, que busca apresentá-lo como uma obra de Ciências Humanas. O time de autores é composto por uma bacharel e mestre em administração, que também atua como advogada e consultora do terceiro setor; um geógrafo; uma licenciada em pedagogia com mestrado em Educação; um bacharel em música com ênfase em instrumento, que também é licenciado em educação e mestre em música; além de uma licenciada em História, trazendo uma perspectiva interdisciplinar para a obra.

Para além do fato de não ter em suas fileiras uma equipe de autoria, professores/as de profissionais da Educação Básica – Ensino Médio, não apresentam sequer o mínimo de representação, como professoras/es de Filosofia, Sociologia e Geografia. A única licenciada da Ciências Humanas, que é professora de História do Ensino Fundamental. Deste modo, a obra se apresenta e se assume de forma interdisciplinar, onde busca mobilizar com foco no protagonismo dos estudantes e a partir de sua interação com situações de aprendizagem, no entanto apresenta conteúdos e atividades de maneira superficial, sem devido aprofundamento

¹² De acordo com o Jornal da PUC: “O modelo STEAM prevê a integração de conhecimentos de Artes, Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, possibilitando ao aluno se preparar para desafios como cidadão e também no mercado de trabalho. A metodologia surgiu nos Estados Unidos na década de 1990, após ser constatado o desinteresse de alunos pelas ciências exatas. A sigla STEAM quer dizer em inglês Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics.” Disponível em: <https://j.pucsp.br/artigo/educacaosteam-o-que-e-para-que-serve-e-como-usar>. Acesso em 20/03/2023.

teórico, especialmente em Ciências Humanas, e muito menos em Sociologia. O que é bastante preocupante, uma vez que a obra se propõe ser completa em relação às ciências humanas. Deste modo é importante estabelecer diálogo com as referências e imagens predominantemente com as culturas juvenis urbanas, a considerando de forma isolada. Problematicamente não se apresenta de forma contextualizada socialmente e se apresenta pensada em contraposição e em relação às outras faixas etárias e gerações, ou com outras formas de juventudes, sejam as do campo, indígenas, quilombolas, e outras, que não são mencionadas no livro.

E os projetos integradores são organizados, isto é composto por três percursos, sendo:

O Projeto 1: “Fazedores do espaço” foi organizado em a partir dos percursos, que são: “Representações do céu”; “Observatório experimental”; “Os astronautas”. Que vai apresentar como situação problema o conhecimento a respeito do Universo e sugere como produto uma instalação de arte. Neste capítulo é possível perceber maior valorização das áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias e prejuízo das Ciências Humanas, especialmente da Sociologia. Assim se discute sobre manutenção da vida no espaço e suas possibilidades diversas formas de representações por meio de diferentes linguagens, mas não problematiza o saber sociológico tão necessário.

O livro vai apresentar considerações sobre os povos indígenas de maneira romantizada e sua relação com o céu, sem trazer críticas, por exemplo as condições impostas pelo período de colonização a esses povos. Os conhecimentos indígenas, são apresentados como “mitos” em todo capítulo. Onde a forma que a educação se dá é com foco no mero reprodutivíssimo de mão e obra.

Outro problema igualmente complicado é que se apresenta como expressões sem aprofundamento teórico, como em que o conteúdo é abordado de forma solta e descompromissada com seu contexto, como se vê a seguir em um recorte do livro na página 16 do livro:

A CIÊNCIA E A CULTURA INDÍGENA

Os povos originários têm conhecimentos em diversas áreas, como Ciência, Tecnologia e Matemática. Atualmente, eles utilizam diferentes tipos de tecnologia para divulgar elementos de sua cultura. Muitos povos por exemplo, produzem vídeos documentando o cotidianos de sua comunidade. Mas e a arte dos povos indígenas? O que podemos falar sobre ela? (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020)

Assim, O livro didático SER PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS apresenta uma superficialidade teórica que induz o estudante a não refletir sobre os aspectos relacionados às culturas dos povos originários. Por exemplo, no trecho acima há um etnocentrismo implícito, pois se sugere que atualmente eles utilizam diferentes tipos de tecnologia para divulgar sua cultura; porém não é considerada a possibilidade de compartilhamento da mesma antes da existência destas ferramentas. Além disso, as questões relacionadas à perspectiva na qual essa tecnologia é avaliada e quais seriam as formas tradicionais de compartilhar conhecimento em Ciências Humanas também são ignoradas pelo texto do livro didático.

No capítulo não são apresentados referenciais teóricos da Sociologia, Geografia, Filosofia e História. Onde apenas traz como uma vaga referência a Antropologia, quando cita em um único parágrafo, o “religioso cientista francês Claude d’Abbeville que foi enviado ao Brasil e conviveu com os Tupinambá, que observou que esse povo conhecia profundamente o céu noturno [...]”.

No Percurso 2, apresenta conteúdos mais voltados ao Ensino Fundamental, das disciplinas de Geografia, trazendo informações a respeito de relógio de sol, instrumentos de navegação (astrolábio, quadrante, bússola, GPS), caravelas. Não existe problematização sobre eles.

No Percurso 3, trata sobre “Os Astronautas”, apresenta a corrida espacial como uma “marcha ao progresso (pág. 30)”. Solicita uma atividade para que estudantes digam “sobre os benefícios que as viagens espaciais trouxeram para a vida cotidiana” e apresentam com detalhamento de duas páginas a roupa utilizada por astronautas. E nada além disso.

O Projeto 2: “Viver em comunidade” foi organizado em percursos com os títulos: “Conhecer o meu lugar”; “Reconhecer a minha imagem” e “Exercitar a cidadania pela mobilização social”. De forma que, apesar de tratar a ideia de comunidade, os percursos são apresentados em blocos, com pouca relação entre si. O capítulo busca mobilizar a Área da Matemática ao acionar a leitura e a análise dos dados levantados pelos estudantes nas atividades de pesquisa quantitativa, mas não apresento recursos teóricos para compreensão dessa modalidade de pesquisa. De modo que a situação problema a que se propõe refere-se aos significados que o lugar e a sua compreensão como espaço têm para aqueles que o habitam.

Inicia o Projeto, de maneira certa, com um trecho do rap Emicida, com a sensibilização para dialogar com uma imagem do bairro paulistano Jardim Fontalis onde nasceu o artista.

O Percorso 1, oferece conteúdos mais voltados para a educação básica, da disciplina de geografia, traz informações sobre conceitos de paisagem, exige busca na internet por mapas de bairros e análise de imagens. Nenhuma conceituação de território é apresentada, e não há referência, por exemplo, ao geógrafo brasileiro Milton Santos, e não há relevância de conceituação de população na paisagem apresentada.

No Percorso 2, Ele lida com o reconhecimento de imagem dos bairros. As construções identitárias apresentadas neste livro partem de traços culturais semelhantes, de uma perspectiva individual, sem questionar aspectos da desigualdade social nas sociedades capitalistas, seja ela relacionada ao desemprego, à violência (inclusive a que afeta a violência policial) e, principalmente, à juventude.

RECONHECER A MINHA IMAGEM

Em um bairro, moram um ou mais grupos de têm características culturais semelhantes, como o estilo de se vestir, as expressões verbais, as gírias, os lugares que frequentam, o gosto musical etc. Esses elementos conferem identidade ao grupo. (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pag. 52)

Apresentando a ideia de comunicação de massa, os conceitos de comunicação de massa, consciência coletiva e assimilação são introduzidos, mas não são explicados em uma sociedade capitalista, nem questionados. Apresenta a ideia de reduzir a identidade ao vestuário.

No livro ainda se recomenda duas pesquisas, a primeira sobre o “perfil social do bairro” (pág. 56) e “o que os jovens fazem no meu bairro” (pág. 60), mas não fazem nenhuma sociologia elementar teórica, metodológica e epistemológica como possibilidade de analisar essa realidade. Segundo, no que diz respeito ao que os jovens fazem, aponta para opções que estão distantes dos hábitos da maioria dos jovens brasileiros, tais como: fazer compras, ir ao cinema, ir ao teatro, visitar museus, viajar até certo ponto, a ideia de que a juventude só é possível em uma sociedade de consumo. A identidade é reduzida à roupa.

A informação sobre o desemprego juvenil é muito superficial. Além da ideia de que o emprego juvenil é difícil, as condições sociais da sociedade capitalista não são condições para o emprego juvenil. Em uma das atividades, os alunos foram questionados se já haviam

conseguido um emprego e como foi essa experiência para valorizar e impulsionar os jovens para o mercado de trabalho.

No mesmo percurso, apresenta um pequeno ensaio sobre a migração internacional no Brasil e, sem criticar o movimento imigratório e as condições em que as pessoas saem de seu próprio país, pede ao aluno que reflita sobre as etnias de seu bairro, suas opiniões sobre religião e Influenciado por festivais folclóricos e estilos arquitetônicos. Na proposta de ação, é solicitado que jovens pensem em uma interferência artística em seu bairro.

No Percurso 3, para “exercitar a cidadania pela mobilização social” o livro não apresenta base teórica da Sociologia. Traz a ideia de protagonismo social “Se eles não fazem nada, nós fazemos por aqui”, apresentada em uma reportagem, representando muito o pensamento do terceiro setor, com aceitação da ausência do Estado e substituição das políticas públicas por ações comunitárias. Também destaca o ativismo de jovens pelas redes sociais. (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pag. 64)

Pela primeira é apresentada uma noção de cidadania, que é um conceito muito importante para a compreensão da dinâmica social e política. O exercício de direitos e liberdades políticas e socioeconômicas está no coração deste conceito, embora às vezes seja representado com uma linearidade iluminista que sugere que os direitos são consequências naturais do progresso da sociedade. No entanto, esses direitos geralmente resultam das tensões existentes na sociedade civil, bem como das demandas populares por melhores condições de vida.

A cidadania também tem relações significativas com o desenvolvimento humano sustentável; isto é particularmente relevante quando se consideram os problemas globais enfrentados hoje em relação à pobreza extrema, discriminação racial ou sexual e outras formuladas pelos principais atores mundiais. Paralelamente a este fenômeno globalizante surge uma necessidade urgentemente democratização de processos e instituições geradoras e garantias de uma comunidade de garantias dos direitos políticos e econômicos bem como os sociais o qual está passando para uma forma mais expressiva de sustentavelmente democracia a efetiva e consolidada que assegura inclusão e igualdade. Em suma, as questões contemporâneas crescem novos tipos e problemas relacionados à cidadania com o questão de justiça social mundial necessita uma conscientização maior para os novos caminhos e diretrizes de ser considerado para construir um panorama sociopolítico mais benéfico deste esforço entre homens, mulheres, jovens e crianças. Em que o livro didático não explora tais questões.

Não são abordados textos referentes aos marcos legislativos brasileiros, como a Constituição Federal, Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto do Idoso, sendo apenas indicados nas questões para pesquisa. Também não existe a problematização que envolvem as violações de direitos, apenas são indicados para que sejam pesquisados em um roteiro de questões. O Estatuto da Juventude sequer é mencionado.

JOVEM CIDADÃO

Quando o cidadão se conscientiza de que é capaz de transformar a sociedade por meio de ações baseadas nos princípios da solidariedade e da inclusão social, ele dá um passo importante em direção ao exercício da cidadania.

Para exercitar a cidadania, também é necessário reconhecer ações que contribuem para o funcionamento justo da sociedade e para garantir os direitos básicos de todos os cidadãos, como os direitos à educação, à moradia e à saúde. Entre elas, as ações coletivas são as mais eficientes, pois não é possível mudar o mundo sozinho. (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020 pág. 67)

A perspectiva da cidadania apresentada tem viés anticientífico. Na imagem destacada acima, extraída da página 67, aponta que *“Quando o cidadão se conscientiza de que é capaz de transformar a sociedade [...] dá um passo importante em direção ao exercício da cidadania”* indica uma perspectiva individualizada como se alcançar o entendimento da cidadania dependesse apenas de um interesse individual. No entanto, o próprio texto aponta que *“ações coletivas são mais eficientes, pois não é possível mudar o mundo sozinho (pág. 67)”*.

O texto ainda destaca a criação de coletivos como um novo modelo de mobilização de jovens, utilizando para isso, uma referência da Organização das Nações Unidas. E cita que o papel dos jovens é *“ter voz e ser a vanguarda de ações empreendedoras e ativistas, diante dos desafios globais [...] (pág. 68)”*.

O Projeto 3: “O mapa da mídia” está organizado nos percursos: “Mídia é informação”, “Mídia é expressão” e “Mídia é comunicação”. O material apresenta-se para estimular estudantes a se posicionarem criticamente perante os discursos da mídia e incentivar a participação ativa dos estudantes nos processos midiáticos que envolvem a escola.

Os três Percursos apresentados apresentam textos e atividades nas perspectivas do Jornalismo, Publicidade, Propaganda e não na perspectiva de uma das Ciências Humanas, especialmente de Sociologia (não é apresentado nenhum autor e nenhum conceito sociológico).

Apresenta textos sobre Fake News, mídia, direito de expressão (inclusive textos legais), narrativas e fantasia, cinema, instalações multimídias ativismo, ecossistemas comunicativos, mídia digital, cobertura jornalística, mas não apresenta nenhuma problematização a respeito da

sociedade de consumo, consumo x consumismo, obsolescência programada, fetichismo e outros.

O Projeto 4: “A paz que faz sentido” propõe os percursos: comunicação, empatia e transformação. O material apresenta como objetivo reconhecer e respeitar as diferenças entre as pessoas e o papel da comunicação na resolução de conflitos e sugere como produto final a encenação de uma peça de teatro.

O Projeto busca o desenvolvimento da competência específica 6 das Ciências Humanas Sociais Aplicadas (CHSA), no que se refere à participação qualificada no debate público e apresenta a mediação de conflitos como proposta na “busca por soluções pautadas no diálogo e na empatia”.

Inicia com trecho da música “Minha alma (a paz que eu não quero) do Rappa e propõe com sensibilização inicial o olhar para a paz em diferentes perspectivas e a discussão sobre o chamado símbolo da paz.

Assim como em outros capítulos, não apresenta uma perspectiva crítica da realidade, a partir da análise das contradições da sociedade capitalista. Coloca como objetivo de “estimular a empatia e a convivência social pacífica (pág. 108) e destaca a “união, o respeito e a convivência harmoniosa entre as pessoas como fatores importantes para a conservação da cultura de paz” (pág.111).

O livro apresenta como uma saída para a resolução de conflitos e apresenta conceitos de negociação, conciliação, arbitragem e mediação. Os referencias não estão especificados de onde são.

Também apresenta a ideia romantizada de conflito, sobre uma perspectiva interpessoal, desconsiderando por exemplo, conceitos de classe social, luta de classes, desigualdade social, exploração capitalista etc. Apresenta considerações sobre a não violência, citando brevemente Mahatma Gandhi, cultura de paz, e traz inclusive uma discussão sobre análise da linguagem corporal.

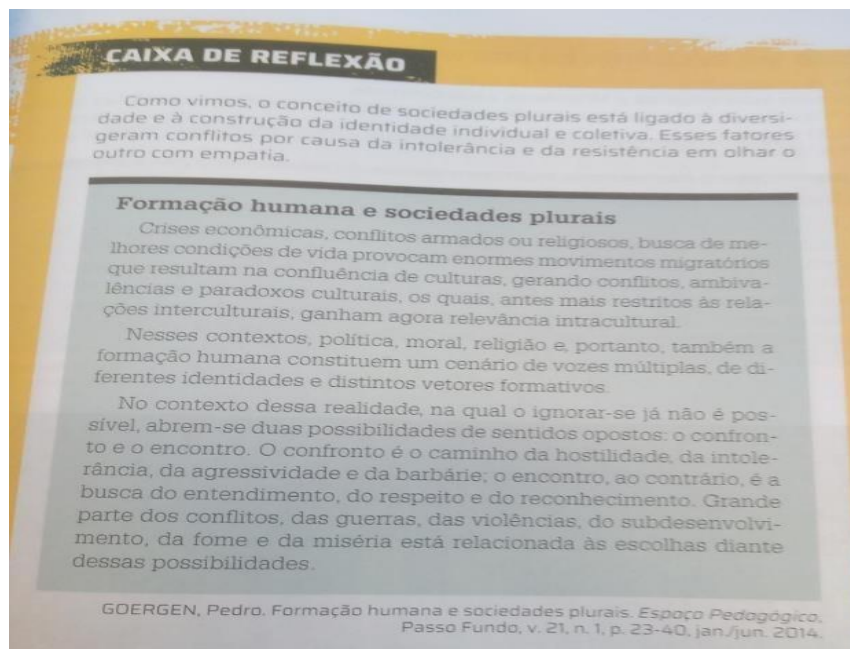
A partir das considerações sobre mediação de conflito, o livro didático faz um link com o trabalho da Organização das Nações Unidas. Não existe referencias da Ciências Políticas, nem da Sociologia.

O segundo percurso do Projeto aborda o tema “Mediação é empatia” e inicia a partir da leitura da obra “Retirantes” de Candido Portinari e solicita que o/a estudante faça um exercício de como poderia diminuir o sofrimento das personagens.

Utiliza o texto “O poder da empatia” do filósofo australiano Roman Krznaric, que apresenta a empatia como arte de se colocar no lugar do outro por meio da imaginação. Em uma rápida pesquisa na internet, noto que o filósofo é palestrante motivacional. Não referência ou relação com o conceito de Imaginação Sociológica de Wright Mills, e qualquer outro conceito das Ciências Humanas.

Outro trecho de texto utilizado (pág. 123) é de Pedro Goergen (Professor da Universidade de Sorocaba, de Filosofia da Educação) que apresenta a duas saídas para as diferentes identidades: o confronto e o encontro em uma perspectiva de conciliação de classe, que o melhor caminho é o do “encontro” que é a busca do respeito e do reconhecimento (a busca, não o alcance) e o confronto é o caminho da barbárie, da agressividade e da tolerância. O mesmo autor é citado como referência para o conceito de alteridade e diálogo. Não há referências da Antropologia e Sociologia.

Figura 9 - Caixa de Reflexão



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, , 2020, Pág. 123)

O discurso apresentado de aliança com o capital, está diretamente alinhado ao discurso e defesa das habilidades socioemocionais, que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os currículos estaduais, como o defendido pelo Instituto Ayrton Senna, em habilidades tais como: amabilidade, resiliência emocional, persistências, empatia, respeito, tolerância a frustração, tolerância ao estresse, e outros, como indicado abaixo:

Figura 10 Guia educação integral



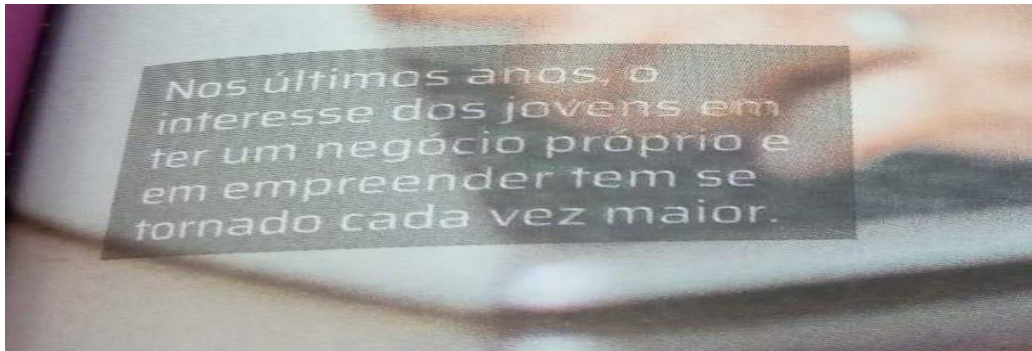
FONTE: Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/guia-educacaointegral-na-alfabetizacao/guia-educacao-integral-na-alfabetizacao-socioemocionais.html>. Acesso em 30/07/2021.)

O Projeto 4 finaliza o capítulo com a discussão de Democracia e Direitos humanos”, de maneira fragmentada, utilizando apenas cinco linhas para falar sobre o tema. Para isso, basicamente utilizam como referência Edgar Morin (o primeiro sociólogo citado no livro) na pág. 130 e Norberto Bobbio (filósofo/historiador) na página 131, que apresentam uma perspectiva democrática mais institucionalizada, a partir do Estado. Em nenhum momento apresentam a discussão sobre Direitos Humanos.

Também de maneira bem tímida, é apresentado o conceito de Democracia é como um conceito de mediação de conflitos, a partir de uma perspectiva de restauração da convivência pacífica, e sem problematização alguma da luta por direitos, da desigualdade de classe, e a consideração das forças coletivas.

O Projeto 5: “Empreendendo o futuro” está organizado nos: “Gestão de carreira”, “Educação financeira” e “Cultura empreendedora”. Apresenta-se para trabalhar a gestão da carreira e ao gerenciamento de finanças para elaborar um plano de desenvolvimento pessoal que vai ao encontro dos componentes como Projeto de Vida do currículo Paulista.

Figura 11 - Gestão de carreira – Capa da unidade: Projeto 05



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 139.).

O capítulo apresenta considerações sobre Gestão da carreira, através de uma perspectiva fragmentada, em que para o/a jovem estudante ter sucesso na carreira, é necessário que este tenha um bom planejamento profissional que contribua com o desenvolvimento de suas habilidades para gerenciar esse plano. Não são sequer mencionadas condições externas ao indivíduo nem problematiza as questões de raça, classe e gênero.

Na imagem abaixo (pág. 146), indica essa perspectiva. Para as/os autores/as, basta que as/os jovens saibam aonde querem chegar, reconheçam seus potenciais e limitações e busquem aperfeiçoamento das capacidades profissionais (o que nos lembra a teoria do currículo por competências) no curso de “escolha”. Desconsideram as contradições sociais da sociedade capitalista e indicam que o “contexto empreendedor” será necessário um conjunto de habilidades (não somente técnicas) subjetivas e domínio das tecnologias digitais e língua estrangeira. Como descrito no item “PLANEJAR E INVESTIR EM SI MESMO” do livro didático:

Todo desenvolvimento profissional envolve desafios. É preciso saber onde se quer chegar e ter uma estratégia definida, reconhecer o próprio potencial e limitações, busque preparar-se para atingir seus objetivos da melhor forma e atuar com determinação.

Para desenvolver um plano de carreira, seja como empreendedor, seja com intraempreendedor, é preciso pensar a longo prazo. Com isso em mente, devem-se considerar tempo e recursos destinados ao aperfeiçoamento de suas habilidade e capacidades profissional, a exemplo de cursos profissionalizantes na área de sua escolha, não como despesas, e sim como investimentos.

Além disso, em um contexto empreendedor e em qualquer área de atuação profissional, será necessário apropriar-se de um conjunto de habilidade

essenciais, tais como trabalhar em equipe, ter versatilidade, agir com ética, ter boa capacidade de comunicação, aceitar a adversidade e, em muitos casos, dominar tecnologias digitais e pelo menos uma língua estrangeira. (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 146)

O capítulo também apresenta destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, para as Inteligências Múltiplas (Howard Gardner), e orienta para elaboração de um mapa mental que busque contribuir para o plano de desenvolvimento pessoal.

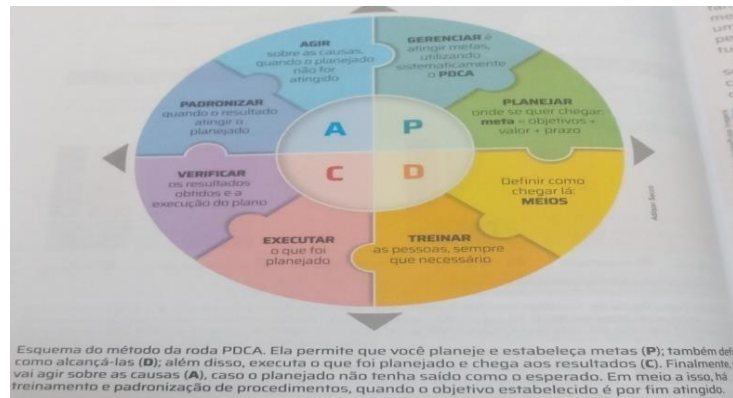
Nas orientações para a elaboração do Mapa Mental, se reproduz o discurso neoliberal de individualização, indicando oito passos para os estudantes: 1) Autoconhecimento; 2) Investimento em si mesmo; 3) Importância do trabalho; 4) Objetivos pessoais e os empresariais; 5) Empatia e ética (indica para cumprir promessas); 6) Perfil corporativo; 7) Entender a Agenda 2030 da ONU; 8) Aplicar os ODS.

Em nenhum momento é mencionada, por exemplo, as viabilidade sociais e políticas como desemprego, desigualdade, exploração, organização trabalhista, em todo o capítulo.

Também apresenta no Percurso 2, destaque para a Educação Financeira, com dicas para aprender a economizar nas finanças pessoais do dia-dia para poder trazer lucros, orientações pra entender como a família gasta, e para que não ocorra o endividamento.

O livro apresenta destaque para as Finanças empresariais, apresentando o Método PDCA (do inglês, plan, do, check, act ou seja, planejar, fazer, verificar, agir), motivando a utilização pelas famílias ou empresas. E esse mesmo método tem sido usado pela Secretaria de Educação do Estado, como método de gestão nas escolas estaduais, especialmente aquelas que são de Tempo Integral. Nota-se um alinhamento do livro didático com as perspectivas neoliberais do governo paulista, de um modelo que já chegou na rede.

Figura 12 - A sociedade de Consumo



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020. pág. 154)

O Percurso 2, ainda apresenta o tema “A sociedade de Consumo”, e apresenta de maneira bem rasa a ideia de a problemática das “*famílias possuem o desejo de consumir bens e materiais e serviços de que realmente não necessitam*” (pág. 155). Novamente a perspectiva apresentada está alinhada com a perspectiva neoliberal.

Utilizam nesse percurso como referencial teórico o sociólogo francês Jean Baudrillard¹³, que destaca que “*o consumo excessivo alimenta o crescimento do comércio, das indústrias e das empresas, que se tornam capazes de ampliar a estrutura e produzir ainda mais, gerando mais empregos e mais consumidores*”. (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 155)

A análise feita pelo autor, e indicada propositalmente no livro didático, parte da perspectiva de analisar o consumo como um fenômeno social, onde as necessidades seriam geradas e satisfeitas num contexto de interdependência, destacando o “direito da escolha individual”. Contudo, a escolha do autor (apresentado como sociólogo – primeira vez que isso ocorre no livro) não é uma escolha aleatória. O percurso não faz menção ao método dialético de interpretação da realidade, não apresenta crítica ao sistema capitalista ou sequer menção ao neoliberalismo. O próprio autor, possui em sua trajetória o rompimento com o marxismo, e através de uma rápida pesquisa na internet, é possível identificar que é um dos principais teóricos do pós-modernismo, que voltou seu alvo para a crítica do pensamento científico

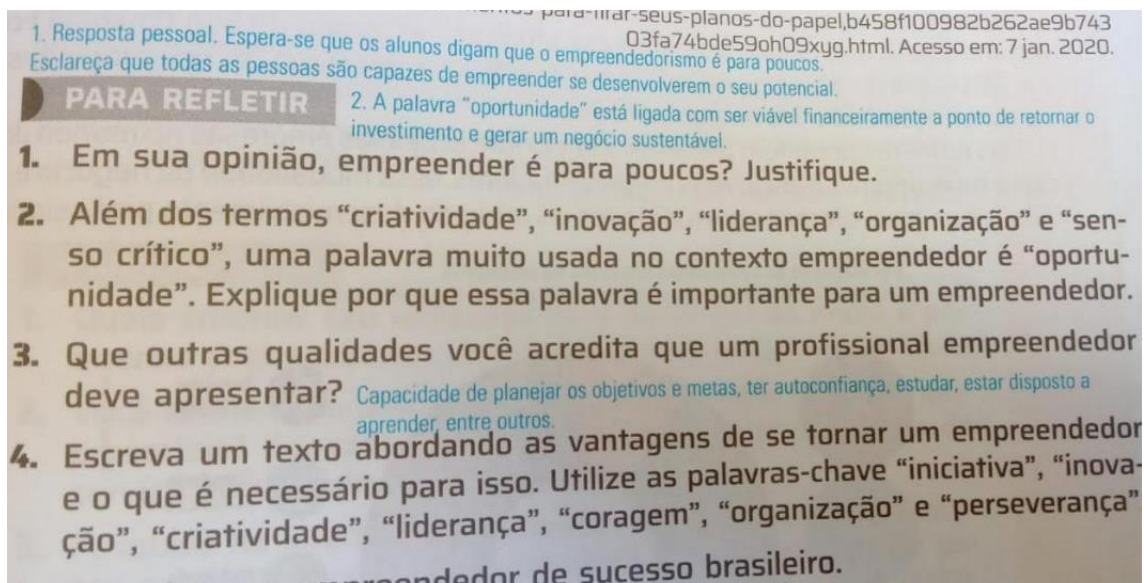
¹³ Segundo Revista do Instituto Humanitas, Baudrillard era germanista e tradutor de Marx e Brecht. Em 1968, lançou seu primeiro livro de sociologia, "O Sistema dos Objetos", sucedido por "A Sociedade de Consumo", em 1970. Três anos depois, ao assinar "O Espelho da Produção", rompeu com o marxismo.

tradicional e desenvolveu seus estudos a partir do conceito de virtualidade do mundo aparente. O percurso sequer propõe a reflexão com as/os estudantes sobre o porquê, o quê, para quê, por quem e para quem consumir.

No Percurso 3, avança na promoção da “cultura empreendedora”, sem problematizar os conceitos relacionados ao trabalho, relação da produção, produto e consumo, alienação e outros.

Em uma proposta de reflexão, para ser realizada com estudantes, o Percurso apresenta algumas orientações para professores (em azul) que não buscam a reflexão crítica, mas sim a aceitação e valorização da exploração das condições de trabalho, como no trecho: “*Esclareça que todas as pessoas são capazes de empreender se desenvolverem seu potencial*”. E nas qualidades para empreender, as orientações destacam: “a capacidade de planejar os objetivos e metas, ter autoconfiança, estudar, estar disposto a aprender entre outros” (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 159)

Figura 13 - Para refletir



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 159).

O Percurso apresenta a conceituação de “Ética e Compliance¹⁴”, propondo que estudantes pensem no motivo de ser obrigatório esse comportamento para empreender e traz outras discussões como o “mundo das startups”, economia colaborativa, custo-benefício,

¹⁴ O livro didático define que o termo vem do verbo em inglês *to comply*, isto é, cumprir ou aceitar as regras vigentes (pág. 160).

publicidade, relação com clientes, sem aprofundar criticamente sobre elas, e sem apresentar referenciais das Ciências Humanas, especialmente Sociologia.

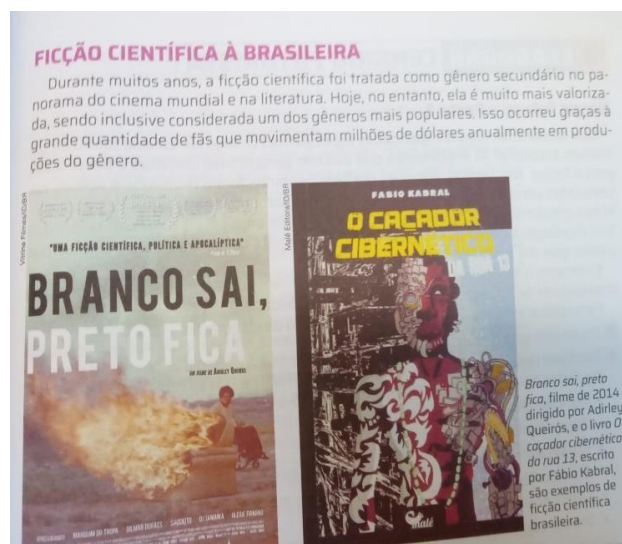
O Percurso sugere como produto final uma exposição com mostras de atividades construídas durante o projeto, destacando a apresentação de planos de negócios criados por estudantes.

O Projeto 6: “Tecnologia, arte e ficção científica” propõe três percursos: Ficção científica, Cibernética - robótica e inteligência artificial, que tratam os temas a partir da ficção científica e ideia de tempo para discutir utopia. Novamente não há referenciais teóricos das Ciências Humanas, muito menos da Sociologia.

O Projeto não faz a análise da conjuntura. Busca discutir a ideia de futuro, como se ele dependesse exclusivamente da vontade individual, e está mais focada em descrever as narrativas das obras do que problematizá-las.

Na apresentação do livro não existe glossário para os conceitos sociológicos, que sequer são apresentados. Mas, existe neste capítulo, parte destinada para apresentar conceitos como emulação, entropia, inteligência artificial, realidade virtual.

Figura 14 - Ficção científica à Brasileira



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 181)

Outra lacuna, que o livro deixa, ocorre ao discutir crimes cibernéticos. Apresenta-os relacionando com o cinema, e ao final diz que não se trata apenas de crimes que envolvem questões financeiras. Apresenta uma tabela (abaixo) mas não problematiza e aprofunda nenhuma das violências elencadas.

Figura 15 - Principais crimes cibernéticos que ocorreram no Brasil em 2018

VEJA OS PRINCIPAIS CRIMES CIBERNÉTICOS QUE OCORRERAM NO BRASIL EM 2018	
Violação	Incidência
Pornografia infantil	60 002
Apologia e incitação a crimes contra a vida	27 716
Violência contra mulheres/misoginia	16 717
Xenofobia (principalmente contra nordestinos)	9 705
Racismo	8 337
LGBT fobia	4 244
Neonazismo	4 244
Maus-tratos contra animais	1 142
Intolerância religiosa	1 084
Tráfico de pessoas	509

Fonte: SaferNet Brasil

FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 186)

O Projeto finaliza apresentando a discussão de tempo na era digital. Novamente, não existem referências filosóficas nessa discussão, ou outras das Ciências Humanas.

SEÇÕES

Em todos os projetos (capítulos) é apresentada a seção “**Pesquisa em Ação**”. No entanto, as atividades são pesquisas simplificadas que em grande parte são recomendadas em consultas de sites. Não apresentam referências para estudo metodológico e para que estudantes aprendam e realizem a pesquisa científica, como uma investigação detalhada e meticulosa, que busca responder o problema proposto, alicerçando-se em mecanismos do pensamento científico.

Em todos os projetos (capítulos) é apresentada a Seção “**Elaborar**”. Nelas o que deveriam ser atividades de aprofundamento do que foi trabalhado, apresenta-se como uma sensibilização inicial de maneira a não aprofundar no objeto de estudo.

Nas orientações para a realização das atividades apresentam outro problema: para esse “fazer” indicam a necessidade de materiais que não correspondem com a realidade de estudantes da escola pública, como: computador e impressora, lentes de aumento, fraldas, tubos de resfriamento, capacete, botas resistentes, microfone e fone de ouvido transmitido para espaçonave, cabos de oxigênio, suporte magnético para cartaz, smartphone, e outros. Também apresentam conceitos com a pré-noção de que estudantes já sabem, sem explicar como: escuta ativa, documento inclusivo, startups, sustentabilidade, inteligência artificial, e outros.

Apesar de se apresentar como um material que trabalha aspectos relevantes da cidadania e da participação social, promovendo o respeito a diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania com liberdade, consciência crítica e responsabilidade, o material não cumpre esse papel. Está mais focado em trabalhar questões de mercado (empreendedorismo, finanças, economia do que de cidadania. E em algumas pautas que aparecem situações de conflito, existe o movimento do conteúdo no sentido de trabalhar a “conciliação”, a “mediação” e a “negociação” como sendo a “paz que faz sentido” (cap. 4).

A obra apresenta-se com a intenção de aprofundar o desenvolvimento das competências gerais 2, 3, 4, 7 e 10 da BNCC, a partir da abordagem baseada em projetos com a elaboração dos “produtos finais”. Mesmo sendo redundante é assim mesmo que o livro apresenta. **Os produtos finais** sugeridos não fazem relação com os conteúdos de Ciências Humanas e focam mais em aspectos genéricos “interdisciplinares”.

No **Produto Final** do Projeto 1, é solicitado a partir da realização de uma instalação de arte, para apresentar para comunidade uma instalação com mapa celeste, luneta e roupas de astronauta. No Projeto 2, o Produto Final é um evento estudantil com a temática Juventude e cidadania (apresenta orientações genéricas para essa atividade). No Projeto 3 é solicitado como produto final a realização de um Portal de Notícias, a partir de “princípios jornalísticos”. No Projeto 4, o Produto Final solicitado é a apresentação de uma peça de teatro com a temática “Paz que faz sentido” que pedem para estudantes utilizarem escuta ativa, empatia, comunicação não violenta e diálogo. No Projeto 5, o Produto Final nomeado de “Empreendendo o Futuro” estudantes apresentarão para estudantes e comunidade o que aprenderam sobre gestão de carreira, educação financeira, cultura empreendedora. No Projeto 6, o Produto Final é apresentação de um evento cultural audiovisual que apresente como é o futuro que imaginam e o contexto da ficção científica.

A elaboração dos Produtos Finais não considerou aspectos de aprofundamento dos conceitos de Ciências Humanas, sejam de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, muito menos resultam como encaminhamento da questão norteadora iniciada em cada capítulo, de modo que ficam mais na aparência dos fenômenos do que em na sua essência.

Na seção “**Avaliação**” apresenta questões simplistas que pretendem que estudantes façam uma autoavaliação, mas que não permitam aprofundar ou questionar o conteúdo transmitido.

Em todos os Projetos possuem a seção “**Para ampliar**”, onde são indicados sites, livros, filmes e músicas. Em grande parte, as referências não visam o aprofundamento teórico, mas estão voltados para promover as ideias neoliberais.

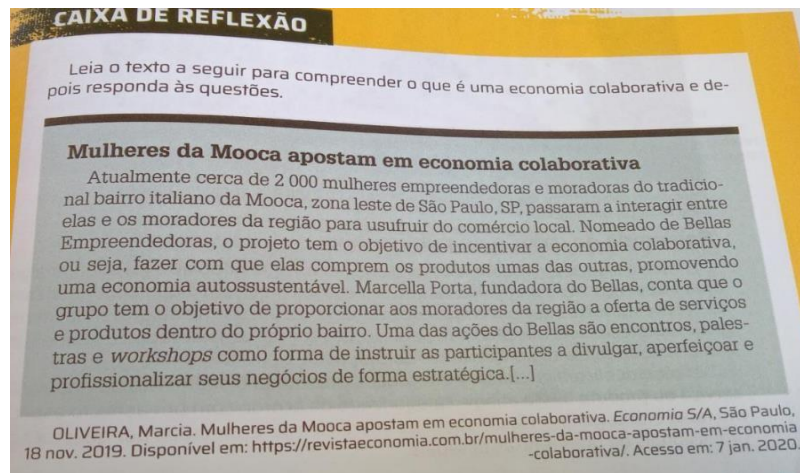
Os sites indicados são o da Nasa, SEBRAE, Biblioteca virtual tecnológica, Tecnoblog, guia mobilizador para jovens da Unicef, ONU, , portal do Governo Federal para desenvolvimento das cidades, site de carreira do cientista de dados e sobre a vida do Eduardo Kobra.

Nos livros referenciais, são sugeridas 11 obras, sendo 08 de autores e 03 de autoras, que dentre apenas um filósofo (Mario Sergio Cortella), sem autorias relacionadas com a História, Geografia e Sociologia. As autorias dos livros sugeridos são de físico, paisagista, poetiza, quadrinista, psicólogo, advogado, empreendedor e editor de cinema. Positivamente destaco apenas a obra de “Davi Kopenawa: A queda do céu: palavras de uma Xamã yanomami (2015)”.

O repertório de filmes é bem a quem do que deveria, onde são apresentados 10 filmes como sugestão de ampliação do conteúdo, sendo apenas de duas nacionalidades, seis filmes brasileiros e quatro filmes estadunidenses. A única música sugerida foi “A paz” de Gilberto Gil, que na verdade possui outra dimensão do que a apresentada pelo material didático.

Por fim, o livro não trata em nenhum momento sobre o movimento feminista, nem sobre as discussões contemporâneas. Traz apenas o destaque sobre a ação política de mulheres é realizado com um trecho de uma reportagem que apresenta um grupo de empreendedoras do bairro da Mooca (São Paulo) nomeado de “Bellas Empreendedoras”, apostando na ideia da coletividade feminina através do mercado.

Figura 16 - Caixa de reflexão



FONTE: (CONSANI; SOUZA; GARCIA; OLIVEIRA; FILLIETAZ; SILVA, 2020, pág. 163)

O livro, apesar de citar que serão desenvolvidas habilidades da BNCC, relacionadas com os Direitos Humanos, em nenhum momento são apresentados, contextualizados e problematizados os Direitos Humanos.

Por fim, o Livro didático, mesmo se apresentando como de Ciências Humanas, é notório que possui maior diálogo com a área de Linguagens e suas Tecnologias, em atividades que envolvem diferentes gêneros da literatura, elaboração de painéis e vídeos.

Possui um exagerado apelo ao chamado “pensamento computacional”, uma vez que, os estudantes são convocados a pensar questões, sem aprofundamento, sobre essas bases.

O projeto gráfico-editorial é atrativo para estudantes, apesar das fotos utilizadas não estarem aproximadas da rede pública de educação.

A organização não permite a compreensão do conteúdo das Ciências Humanas, sendo notado prejuízo em todas as quatro áreas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Mesmo quando aparecem conteúdos de Geografia, eles são de baixa complexidade, que correspondem ao conteúdo do Ensino Fundamental.

A obra também erra ao apresentar propostas que envolvem exclusivamente espaços, realidades e culturas juvenis urbanas, sem envolver os diferentes povos e grupos étnicos que constituem o Brasil em realidades que não sejam somente urbanas, como os indígenas, os camponeses, os quilombolas e outras diversidades étnicas e culturais.

Os projetos apresentam um discurso de desenvolvimento do protagonismo juvenil, mas de fato não o que se pretende é ficar nas atividades das aparências dos fenômenos, sem alcançar a essência dos mesmos.

O livro não considera a interseccionalidade entre raça/etnia, classe e gênero para que os estudantes consigam se reconhecer no mundo contemporâneo como parte de grupos sociais historicamente construídos. Também não apresenta aspectos com a contextualização histórica, a referência as culturas afro-brasileiras e africana, a discussão sobre a luta por direitos, dentre outros que envolvem a construção de uma sociedade democrática.

Apresenta muita fragilidade, na apresentação de textos, que não realizam o debate sobre desigualdades sociais e raciais que estruturam a sociedade brasileira, favorecendo apenas a difusão de temas relacionados com a sociedade capitalista.

Além disso, o livro se diz que realiza o diálogo com as áreas de Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias, mas mostra-se irrelevantes na medida em que esses diferentes olhares apresentados de uma maneira que empobrecem os objetos de estudo, temas, conceitos e linguagens mobilizados na obra.

As propostas oferecem poucas oportunidades às/aos estudantes de agir coletivamente com autonomia, negando os sentidos do Ensino Médio e da própria escola, dificultando o entendimento sobre os princípios éticos e democráticos, de uma sociedade capitalista neoliberal.

Por fim, esse livro **NÃO** é recomendado para o aprofundamento de Sociologia. Ao contrário, seu uso, contribui para seu esvaziamento na escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No aspecto geral, os livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas direcionados ao novo ensino médio representam perda de espaço para a sociologia no currículo escolar. Ao concluir a análise sobre os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas destinados ao novo ensino médio resultantes do PNLD 2021, é possível verificar que ambos apresentam limitações em relação à disciplina de sociologia, especialmente em sua vertente crítica. Essas exigências prejudicam a formação dos alunos e a compreensão crítica sobre a realidade em que estão inseridos.

No entanto, vale ressaltar que a valorização e incentivo ao ensino de sociologia e outras disciplinas das Ciências Humanas são fundamentais para a formação de cidadãos críticos e conscientes. A falta de destaque em relação à vertente crítica da sociologia pode comprometer a formação dos alunos, dificultando sua capacidade de compreender com profundidade os desafios do mundo contemporâneo. É importante salientar, entretanto, que as limitações não se aplicam a todas as obras disponíveis no mercado e que os professores podem recorrer a outros materiais complementares para suprir essas ausências e contemplar a sociologia em seus diversos aspectos e abordagens.

Considerando que a educação é uma arena de debates ideológicos onde diferentes grupos tentam influir sob o sistema educacional ora por meios democráticos, ora não democráticos utilizando o poder financeiro cooptando o aparato Estatal de que o Estado, como importante impulsionador e investidor das políticas públicas. De modo que é importante ressaltar a importância do momento histórico e social em que nos encontramos, onde a educação é campo diuturno de disputa com interesses de grupos ideológicos liberais e conservadores. Diante dessa situação, cresce a necessidade de debate e reflexão sobre a política educacional em nosso país. e tentando implementar projetos de poder e sociedade. Especialmente no que tange a herança bolsonarista,. Principalmente sobre o plano nacional de livros didáticos de 2021 e suas implicações para as humanidades e a sociologia. É fundamental estar atento às tentativas de impor olhares e ideias de mundo que se conformam a uma determinada ideologia e batalhar pela promoção de uma educação plural e democrática, capaz de formar cidadãos críticos e autoconscientes. sociedade.

De modo que, neste sentido, o Plano Nacional do Livro Didático 2021, enquanto uma política pública responsável por delimitar as diretrizes do material didático, seus conteúdos e a forma como são abordados, se torna um importante elemento de disputa. O grupo político que detém o controle sobre o material didático obtém um forte mecanismo de controle sobre o

próprio currículo, o que é ainda mais preocupante em um cenário de educação precarizada e desregulamentada, em que há a entrada de profissionais de outras áreas sem a formação adequada para a docência, como os tecnólogos com pouca ou nenhuma bagagem teórica e científica. Por isso, é de extrema importância analisar o papel das ciências sociais aplicadas, e especialmente da sociologia, dentro do PNL D de 2021, a fim de garantir uma formação plural e democrática para os estudantes brasileiros.

Assim, é de suma importância que ocorra uma reflexão crítica sobre os conteúdos apresentados no material, de forma a promover um ensino comprometido com uma compreensão racional e científica sobre a sociedade e suas diversas problemáticas. Nesse sentido, é importante que sejam incluídos conceitos e reflexões que contribuam para a formação de cidadãos críticos e conscientes, e que os professores procurem materiais que abordem a sociologia em sua abrangência, contemplando tanto a vertente crítica, quanto os demais aspectos que compõem essa disciplina das Ciências Humanas.

A partir do que foi até aqui analisado, é possível identificar que o PNL D 2021 apresenta limitações no que diz respeito à disciplina de sociologia. Essa ausência está relacionada à influência dos grandes conglomerados empresariais em relação a versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do pós golpe institucional de 2016, que depôs Dilma Rousseff e colocou Michel Temer em seu lugar. Uma vez que a BNCC foi promulgada por meio de uma medida provisória aprovada por Temer em favor dos setores privados, e resultou em uma reforma do ensino médio que é insuficiente para a formação crítica dos alunos. Essa crítica se apoia em uma visão de que o processo de golpe teve como objetivo a implementação de políticas neoliberais que favorecem o mercado e prejudicam a educação pública e a formação cidadã.

Nesse sentido, a falta de destaque para a sociologia nos livros do PNL D 2021 está diretamente relacionada a uma tentativa de enfraquecer a formação crítica e consciente dos alunos das classes menos favorecidas, em favor de uma educação focada em habilidades técnicas e no mercado de trabalho. Assim, fica evidente a necessidade de uma reflexão profunda sobre os conteúdos apresentados nas obras didáticas, bem como na BNCC, para que haja um ensino mais comprometido com a formação cidadã crítica e consciente.

Dessa forma, é importante que os professores procurem material complementar que contemple as diversas abordagens sociológicas, a fim de garantir uma formação mais abrangente e embasada para os alunos. Além disso, é preciso fomentar o debate e a reflexão

crítica sobre a BNCC e as políticas educacionais brasileiras, a fim de construir uma educação mais justa e consequente para a sociedade brasileira. De modo que, é possível destacar o papel da compreensão sociológica da luta de classes que se articula no contexto da educação. De modo que a sociologia é um componente curricular imprescindível para se compreender as questões sociais e econômicas do sistema capitalista, identificando as desigualdades e os conflitos sociais existentes. De modo que, a ausência e a marginalização da sociologia nos currículos escolares, principalmente no que tange aos livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas se constitui como um ataque no intuito de silenciar a crítica social e manter as desigualdades e as aprofundando.

Essa marginalização da sociologia nos currículos escolares é, portanto, projeto político e se relaciona diretamente com o foco na formação de mão-de-obra barata para o sistema capitalista, que não tem capacidade de absorver esse exército industrial de reserva, de modo que torna a educação um instrumento de exploração e opressão de classes sociais, e no limite de perpetuação das desigualdades. Por isso, a compreensão da luta de classes é fundamental para transformar a educação em um instrumento de conscientização, emancipação e luta por uma sociedade mais justa.

Assim, é preciso enfatizar a importância da sociologia e de outras disciplinas que tratam das questões sociais e econômicas, como forma de fortalecer a formação crítica e consciente dos alunos. Também é necessário fomentar a luta de classes como meio de transformação social e de uma educação que vá além da formação de mão-de-obra, para que construamos uma sociedade mais igual e menos desigual.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem A. **Protestantismo e repressão**. Editora Ática, 1979.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita**. Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. Capítulo 1
- APPLE, Michael W. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, Michael, W.; RUIZ, Maria José Ferreira. **PARA ALÉM DA LÓGICA DO MERCADO—COMPREENDENDO E OPONDO-SE AO NEOLIBERALISMO. ORG & DEMO**, v. 10, n. 1/2, p. 161-161, 2009.
- AZEVEDO, JC de. Escola Cidadã: construção coletiva e participação popular. **A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes**, 1998.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo Vol. 2: A Experiência Vivida, Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERNSTEIN, Basil. Códigos, Classes e Controle: Estudos Teóricos para uma Sociologia da Linguagem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: SINGER, André *et al.* **POR QUE GRITAMOS GOLPE?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2016. p. 23 -27.
- CARIELLO, L. (2020). **Aparelhos privados de hegemonia empresariais**: os casos da Fundação Estudar e da Fundação Lemann. Anais do XIX Encontro de História da ANPUH-Rio-História do Futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica. Rio de Janeiro.
- CASTANHEIRA, M. L.; EVANGELISTA, A. A. M. Processos de Escolha: recebimento e uso de livros didáticos nas escolas públicas do país. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, Caxambu, 2002. Anais.. Caxambu: ANPED, 2002
- CLÁUDIA PINHEIRO, Ana et al. **Pensando os Think Tanks**: Uma revisão da produção acadêmica brasileira. 2019.
- CONSANI, Marciel Aparecido; SOUZA, Karla Isabel de; GARCIA, Francisco Martins; OLIVEIRA, Claudia Valeria de; FILLIETAZ, Alexandre; SILVA, Valeria Aparecida Vaz da (ed.). **SER PROTAGONISTA**: projetos integradores ciências humanas e sociais aplicadas. São Paulo: Edições Sm Ltda., 2020. 200 p. (Ensino Médio - Projetos Integradores e Projeto de Vida).

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. Companhia Editora Nacional, 1965.

FREITAS, Luis Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: uma escola para os ricos e outra para os pobres**. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reformadecreta-se-uma-escola-para> . Acesso em: 09jun. 2022

GUERREIRO, Ana Lúcia de Andrade; NETO, Jorge Sílvino de Cunha; DE SOUSA, Marquilandes Borges. Palavras para integrar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. *In: PALAVRAS para Integrar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. 1. ed. Sumaré/ SP: Palavras Projetos Editoriais LTDA, 2020. v. único, cap. prefácio, p. 10. ISBN 978-65-99007-10-1.

Guia Digital - PNLD. Ufal.br. **CÓDIGO DAS COLEÇÕES. Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Específicas**. Brasília, 2021. Disponível em https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/pnld_2021_didatico_codigo_colecoes. Acesso em: 20 fev. 2023.

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da "reforma". *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p.33-44, jan/jun,2017

KURIAN, George Thomas, Mark A. Lamport, *Encyclopedia of Christianity in the United States*, Volume 5, Rowman & Littlefield, USA, 2016, p. 1307

LIMA, M.; MACIEL, S. L. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil *Educação*, Rio de Janeiro RJ, <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/18> Acesso em: 09jun. 2022

MACHADO, Joana. História, geografia, sociologia e filosofia foram diluídas dentro de um único livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. *Educação*, 30 mai. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/30/livro-didatico-de-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas-no-pnld-2021.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MEUCCI, Simone. *Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://www.atlas.com.br/sociologia>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016.

RAVITCH, Diane. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação*. Porto Alegre, Sulina, 2011, 318p;

ROCHA, Ronai Pires da. *Quando ninguém educa: questionando Paulo Freire*. São Paulo: Contexto. 2017.

SANTOS, Karin Santana. Conceito trabalho nos livros didáticos de Sociologia (PNLD/2015). Orientador: Fábio Kazuo Ocada. 2021. 154 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/213921/santos_ks_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 11 jan. 2023.

SECCO, Gisele Dalva. **O Ensino Médio na BNCC**. 2020. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/tag/base-nacional-comum-curricular-bncc/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, 2007.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A consolidação da Sociologia como disciplina escolar do Ensino Médio representa uma boa oportunidade para o PNLD/2012. In: Anped, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/arquivos/artigos/2012/12_06_17_silva_ileizi_luciana_fiorelli.pdf.

SILVA, Luiz Heron da. A escola cidadã no contexto da globalização. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001. Capítulo de AZEVEDO, JC de. Escola Cidadã: construção coletiva e participação popular.

SOUSA, Marquilandes Borges de; GOETTEMS, Arno Aloisio; CUNHA NETO, Jorge Silvino da; GUERRERO, Ana Lucia de Araujo (ed.). **PALAVRAS PARA INTEGRAR::** ciências humanas e sociais aplicadas. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais Ltda - Me, 2020. 184 p. (Ensino Médio - Projetos Integradores e Projeto de Vida).

VAZ, V. (org) Ser protagonista: projetos integradores: ciências humanas e sociais aplicadas: ensino Médio. SM Educação- 1ª edição. São Paulo, 2020.

VELOSO, Letícia Helena. História do Direito Brasileiro. 3. Racismo Estrutural. 4. Liberdade. 5. Produção Intelectual. UFES.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 abril 2023.

BRASIL. **Exposição de Motivos n 00084/2016/MEC**. Ministério da Educação. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/exm/exm-mp-746-16.pdf Acesso em: 20 fevereiro 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital PNLD 2021. Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em: 02 fevereiro 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 fevereiro 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99, aprovado em 05 de outubro de 1999. Documenta, Brasília, n.457, p. 3-73, out. 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução 4/99, aprovada em 08 de dezembro de 1999. Documenta, Brasília, n. 459, p. 277-306, dez. 1999. p.19. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia Digital PNLD.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000. 19 v.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Decreto nº 9.099/2017 - Dispõe sobre o PNLD.

Estado de Mato Grosso. Documento de Referência Curricular do Estado de Mato Grosso: Base Nacional Comum Curricular. Sinop: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2020. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/fotos_noticias/7161.pdf>. Acesso em: 21 janeiro 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ciência da Computação para Iniciantes. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 21 janeiro 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O novo ensino médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). [S.l], 2018.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ministério da Educação do Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/programa-nacional-do-livro-didatico-pnld>. Acesso em: 21 janeiro 2023.

Resolução 15/2018 - Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução do PNLD

Resolução 42/2012 - Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

ANEXOS

Anexo 1 - Livros Aprovados PNLD 21 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

CÓDIGO COLEÇÃO	TÍTULO DA COLEÇÃO	CÓDIGO VOLUME	TÍTULO VOLUME	EDITORA
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204133IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: O MUNDO EM QUE VIVEMOS: ORIGENS, TRABALHO E A INVENÇÃO DA LIBERDADE	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204134IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO CONTEMPORÂNEO: TENSÕES, CONFLITOS E COOPERAÇÃO	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204135IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL DIVERSO: POVOS E PAISAGENS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204136IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL EM FORMAÇÃO:	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA

			ENTRE O RURAL E O URBANO	
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204137IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO EM REDE: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0240P21204	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0240P21204138IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: ESTADO, POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0202P21204133IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CIDADANIA E ÉTICA	EDICOES SM LTDA.
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0202P21204134IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - ECONOMIA E TRABALHO	EDICOES SM LTDA.
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E	0202P21204135IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS -	EDICOES SM LTDA.

	SOCIAIS APLICADAS		POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER	
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0202P21204136IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TERRITÓRIO E FRONTEIRA	EDICOES SM LTDA.
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0202P21204137IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E CULTURA	EDICOES SM LTDA.
0202P21204	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0202P21204138IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204133IL	INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE	EDITORA AJS LTDA.
0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204134IL	OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES	EDITORA AJS LTDA.

0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204135IL	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA AJS LTDA.
0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204136IL	ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO	EDITORA AJS LTDA.
0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204137IL	RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS	EDITORA AJS LTDA.
0229P21204	MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0229P21204138IL	CULTURAS E DIFERENÇAS	EDITORA AJS LTDA.
0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204133IL	CONTEXTO E AÇÃO - GRANDES TRANSFORMAÇÕES	EDITORA SCIPIONE S.A.
0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204134IL	CONTEXTO E AÇÃO - TERRITÓRIOS, PAISAGENS E RELAÇÕES SOCIAIS	EDITORA SCIPIONE S.A.
0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204135IL	CONTEXTO E AÇÃO - SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA SCIPIONE S.A.

0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204136IL	CONTEXTO E AÇÃO - TRABALHO E SOCIEDADE	EDITORA SCIPIONE S.A.
0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204137IL	CONTEXTO E AÇÃO - DESIGUALDADE E PODER	EDITORA SCIPIONE S.A.
0183P21204	CONTEXTO E AÇÃO	0183P21204138IL	CONTEXTO E AÇÃO - CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA SCIPIONE S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204133IL	HUMANITAS.DO C - TEMPO E ESPAÇO	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204134IL	HUMANITAS.DO C - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204135IL	HUMANITAS.DO C - INDIVÍDUO, SOCIEDADE E NATUREZA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204136IL	HUMANITAS.DO C - POLÍTICA E MUNDO DO TRABALHO	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204137IL	HUMANITAS.DO C - SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0188P21204	HUMANITAS.DO C	0188P21204138IL	HUMANITAS.DO C - DIVERSIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204133IL	INTERAÇÃO HUMANAS - A FORMAÇÃO DAS	EDITORA DO BRASIL SA

			SOCIEDADES E DAS CIVILIZAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO	
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204134IL	INTERAÇÃO HUMANAS - O TRABALHO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA HUMANA	EDITORA DO BRASIL SA
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204135IL	INTERAÇÃO HUMANAS - O PODER ECONÔMICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS POVOS E PAÍSES	EDITORA DO BRASIL SA
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204136IL	INTERAÇÃO HUMANAS - SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE	EDITORA DO BRASIL SA
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204137IL	INTERAÇÃO HUMANAS - O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE	EDITORA DO BRASIL SA
0151P21204	INTERAÇÃO HUMANAS	0151P21204138IL	INTERAÇÃO HUMANAS - AS SOCIEDADES HUMANAS, SEUS DESAFIOS E PERCURSOS	EDITORA DO BRASIL SA
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204133IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS -	EDITORA DO BRASIL SA

			LIBERDADE E VIDA SOCIAL	
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204134IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - FRONTEIRAS FÍSICAS E CULTURAIS	EDITORA DO BRASIL SA
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204135IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA DO BRASIL SA
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204136IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TRABALHO E SOCIEDADE	EDITORA DO BRASIL SA
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204137IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONVIVÊNCIAS E CONFLITOS	EDITORA DO BRASIL SA
0212P21204	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0212P21204138IL	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E CIDADANIA	EDITORA DO BRASIL SA

0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204133IL	GLOBALIZAÇÃO, TEMPO E ESPAÇO	EDITORA FTD S A
0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204134IL	POPULAÇÕES, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA FTD S A
0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204135IL	SOCIEDADE, NATUREZA E SUSTENTABILIDA DE	EDITORA FTD S A
0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204136IL	TRABALHO, TECNOLOGIA E DESIGUALDADE	EDITORA FTD S A
0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204137IL	ÉTICA, CULTURA E DIREITOS	EDITORA FTD S A
0214P21204	MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	0214P21204138IL	POLÍTICA, CONFLITOS E CIDADANIA	EDITORA FTD S A
0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204133IL	MUNDO DO TRABALHO: INDIVÍDUO E SOCIEDADE	EDITORA FTD S A
0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204134IL	POLÍTICA E ÉTICA EM AÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA	EDITORA FTD S A
0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204135IL	BRASIL DA DIVERSIDADE: SOCIEDADE E DIREITOS	EDITORA FTD S A
0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204136IL	ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃ O: DESIGUALDADES E CONFLITOS	EDITORA FTD S A
0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204137IL	SUSTENTABILID ADE EM AÇÃO: SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA FTD S A

0215P21204	PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	0215P21204138IL	MUNDO EM MOVIMENTO: GLOBALIZAÇÃO, CONFLITOS E PANDEMIA	EDITORA FTD S A
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204133IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - COMPREENDER O MUNDO	EDITORA ATICA S.A.
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204134IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - MUNDO EM MOVIMENTO	EDITORA ATICA S.A.
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204135IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	EDITORA ATICA S.A.
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204136IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	EDITORA ATICA S.A.
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204137IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONVÍVIO DEMOCRÁTICO	EDITORA ATICA S.A.
0152P21204	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	0152P21204138IL	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	EDITORA ATICA S.A.
0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204133IL	NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃ O	EDITORA MODERNA LTDA

0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204134IL	GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA	EDITORA MODERNA LTDA
0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204135IL	TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204136IL	PODER E POLÍTICA	EDITORA MODERNA LTDA
0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204137IL	SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA	EDITORA MODERNA LTDA
0184P21204	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0184P21204138IL	CONFLITOS E DESIGUALDADES	EDITORA MODERNA LTDA
0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204133IL	INDIVÍDUO, SOCIEDADE E CULTURA	EDITORA MODERNA LTDA
0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204134IL	TRABALHO E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA

0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204135IL	TRANSFORMAÇÕES DA NATUREZA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	EDITORA MODERNA LTDA
0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204136IL	POLÍTICA E TERRITÓRIO	EDITORA MODERNA LTDA
0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204137IL	DINÂMICAS E FLUXOS	EDITORA MODERNA LTDA
0190P21204	IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0190P21204138IL	ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	EDITORA MODERNA LTDA
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0192P21204133IL	CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE	EDITORA MODERNA LTDA
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0192P21204134IL	POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA MODERNA LTDA
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0192P21204135IL	SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE	EDITORA MODERNA LTDA
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E	0192P21204136IL	ÉTICA E CIDADANIA	EDITORA MODERNA LTDA

	SOCIAIS APLICADAS			
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0192P21204137IL	ESTADO, PODER E DEMOCRACIA	EDITORA MODERNA LTDA
0192P21204	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0192P21204138IL	TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0200P21204133IL	SER HUMANO, CULTURA E SOCIEDADE	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0200P21204134IL	TRABALHO, TECNOLOGIA E NATUREZA	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0200P21204135IL	RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO, ESTADO E NAÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0200P21204136IL	LUTAS SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	0200P21204137IL	AMÉRICA: POVOS, TERRITÓRIOS E DOMINAÇÃO COLONIAL	EDITORA MODERNA LTDA
0200P21204	DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E	0200P21204138IL	DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS	EDITORA MODERNA LTDA

	SOCIAIS APLICADAS			
--	----------------------	--	--	--

Anexo 2 - Livros Aprovados PNLD 21 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática

CÓDIGO COLEÇÃO	TÍTULO DA COLEÇÃO	CÓDIGO VOLUME	TÍTULO VOLUME	EDITORA
Código Coleção	Coleção	Código Volume	Volume	Editora
0241P21205	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	0241P21205130IL	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
0237P21205	CONHECIMENTO E VIDA EM SOCIEDADE	0237P21205130IL	CONHECIMENTO E VIDA EM SOCIEDADE	EDITORA DA PONTE SOLUÇÕES EM EDUCACAO - EIRELI
0176P21205	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	0176P21205130IL	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	EDICOES SM LTDA.
0145P21205	INTERAÇÃO HUMANAS E MATEMÁTICA	0145P21205130IL	INTERAÇÃO HUMANAS E MATEMÁTICA	EDITORA DO BRASIL SA
0223P21205	DIMENSÕES	0223P21205130IL	DIMENSÕES	EDITORA FTD S A
0160P21205	CENÁRIOS PARA INVESTIGAÇÃO: HUMANIDADES	0160P21205130IL	CENÁRIOS PARA INVESTIGAÇÃO: HUMANIDADES E	EDITORA ATICA S.A.

CÓDIGO COLEÇÃO	TÍTULO DA COLEÇÃO	CÓDIGO VOLUME	TÍTULO VOLUME	EDITORA
	E MATEMÁTICA EM CONTEXTO		MATEMÁTICA EM CONTEXTO	
0165P21205	DIÁLOGO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	0165P21205130IL	DIÁLOGO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
0166P21205	CONEXÕES - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	0166P21205130IL	CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
0167P21205	IDENTIDADE EM AÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	0167P21205130IL	IDENTIDADE EM AÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
0168P21205	MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	0168P21205130IL	MODERNA PLUS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA